

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

# ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

VOL. 12

ESTADO DE SERGIPE

BRASÍLIA, MAIO DE 1972  
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral  
IPEA/IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

Volume 12 - ESTADO DE SERGIPE

Brasília, Maio de 1972

- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

APRESENTAÇÃO

## ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

### APRESENTAÇÃO

...De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti



do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

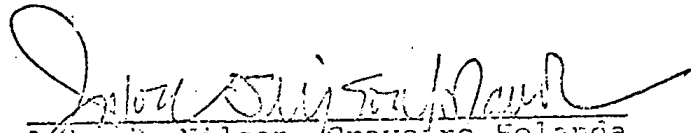
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Demóstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sarques Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972

  
Antônio Nilson Craveiro Holanda  
Superintendente do IPLAN

NOTA METODOLÓGICA

## NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.

Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUEE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

#### Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita". (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>		<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	-	1
AMAZONAS	-	2
PARÁ	-	3
<u>REGIÃO NORTE</u>	-	4
MARANHÃO	-	5
PIAUI	-	6
CEARÁ	-	7
RIO G. DO NORTE	-	8
PARAÍBA	-	9
PERNAMBUCO	-	10
ALAGOAS	-	11
SERGIPE	-	12
BAHIA	-	13
<u>REGIÃO NORDESTE</u>	-	14
MINAS GERAIS	-	15
ESPÍRITO SANTO	-	16
RIO DE JANEIRO	-	17
GUANABARA	-	18
SÃO PAULO	-	19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	-	20
PARANÁ	-	21
SANTA CATARINA	-	22
RIO G. DO SUL	-	23
<u>REGIÃO SUL</u>	-	24
MATO GROSSO	-	25
GOIÁS	-	26
DISTRITO FEDERAL	-	27
<u>REGIÃO CENTRO-OESTE</u>	-	28

INDICE

## ÍNDICE

### A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DE SERGIPE

1. Quadro atual do Planejamento do Estado de Sergipe
2. "O Plano de Trabalho do Governo do Estado"
3. Objetivos do Plano de Trabalho de Governo
4. Prioridades Setoriais
5. Dispêndio e Recursos
6. Instrumentos

### B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO ESTADO DE SERGIPE

### C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DE SERGIPE

1. Avaliação Global do Orçamento
2. Análise da Receita
3. Análise da Despesa
4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
5. O Endividamento do Estado

### D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### E - ANEXOS

- I - O Planejamento Estadual
- II - Situação Orçamentária - Tabelas



A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DE SERGIPE

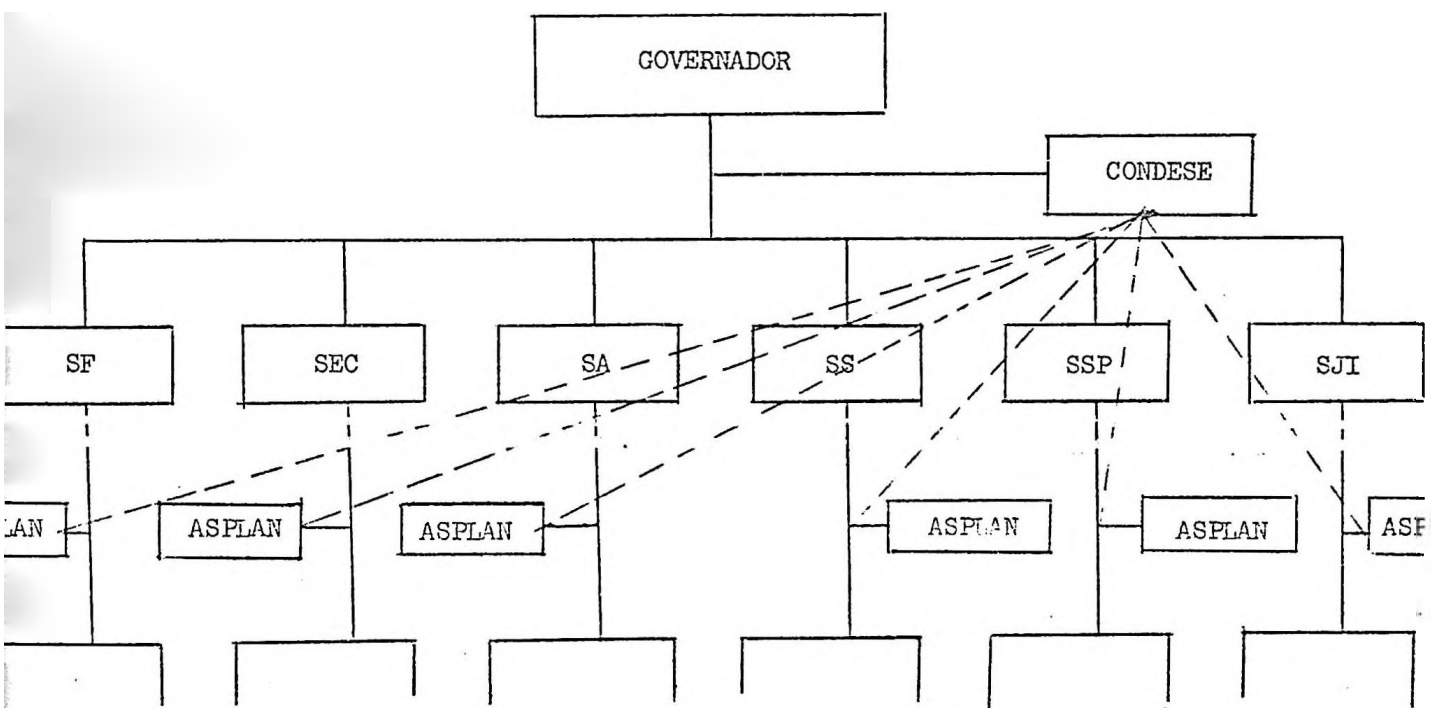
## A - O PLANEJAMENTO ESTADUAL EM SERGIPE

O quadro e o organograma seguintes, apresentam a estrutura e evolução do Sistema de Planejamento do Estado de Sergipe. São apresentados, igualmente, os aspectos básicos do atual Plano de Governo.

Em anexo, apresentam-se informações mais detalhadas sobre o Sistema de Planejamento na área estadual, bem como referentes ao atual Plano de Governo.

ESTADO DE SERGIPEORGANOGRAMA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL

Na Administração Direta Estadual, a estrutura do sistema de planejamento apresenta-se conforme o gráfico seguinte:



Assessoria Central de Planejamento - CONDESE

SF - Secretaria da Fazenda

SEC - Secretaria de Educação e Cultura

SA - Secretaria de Administração

SS - Secretaria de Segurança Pública

SSP - Secretaria de Saúde Pública

SJI - Secretaria de Justiça e Interior

ASPLAN - Assessoria de Planejamento

ESTADO DE SERGIPE

Evolução do Sistema de Planejamento

A N O	LEI OU DECRETO	INSTITUIÇÕES E PLANOS
1959	Decreto nº 470, de 31/3/59	Criação do Conselho de Desenvolvi <u>me</u> nto Econômico de Sergipe-CONDESE.
1964	Decreto nº 925, de 31/7/64 e Resolu <u>ç</u> ão nº 1 de 22/7/64	Regulamentação do CONDESE.
	Decreto nº 926 de 31/7/64	Regulamentação do sistema de Clas <u>s</u> ificação de Cargos e de remunera <u>ç</u> ão do CONDESE.  PLANO DECENAL DE DESENVOLVIMENTO' ECONÔMICO E SOCIAL - 1966/75
1970	Decreto nº 1980, de 26/10/70.	Institui o Sistema de Planejam <u>en</u> to Estadual (em caráter provisô <u>ri</u> o), passando o CONDESE a desem <u>pe</u> nhar as funções de Órgão Central do Sistema de Planejamento
1971		PLANO DE TRABALHO DO GOVÊRNO DE SERGIPE - 1971/74

## 1 - QUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SERGIPE

O órgão central do sistema estadual de planejamento é o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe - CONDESE, que tem por função assessorar o governador, coordenando a participação dos demais órgãos do sistema (as Assessorias Setoriais de Planejamento) na formulação da política de desenvolvimento do Estado e elaborar, coordenar, acompanhar e controlar a execução dos planos e programas de governo.

Como órgãos setoriais desse sistema foram constituídos, em cada Secretaria de Estado, uma Assessoria Setorial de Planejamento - ASPLAN - e que tem por competência, sob a coordenação, orientação e controle do Órgão Central:

- a) - colaborar com o dirigente do órgão ou entidade, na formulação dos planos, programas, projetos e atividades;
- b) - elaborar as propostas parciais de orçamento-programa;
- c) - identificar necessidades de alterações na organização existente e promover o seu atendimento em articulação com o Órgão Central do Sistema;
- d) - identificar as necessidades de treinamento existentes nos órgãos e promover o seu atendimento através do Órgão Central do Sistema;
- e) - desempenhar as atividades de estatística que forem necessárias, em articulação com o Órgão Central.

## 2. "O PLANO DE TRABALHO DO GOVERNO DO ESTADO"

O "Plano de Trabalho" do Governo de Sergipe documenta e retrata as linhas de ação que nortearão suas atividades político-administrativas, no período 1971/74.

Elaborado por uma equipe especial de técnicos do CONDESE, o referido documento é muito mais um alinhamento dos investimentos do Governo do Estado para o próximo quadriênio do que mesmo um plano de desenvolvimento.

A sua metodologia de elaboração obedeceu a um esquema prático, onde houve a participação ativa dos diversos órgãos que compõem a administração governamental, através de programações setoriais, como também, o setor privado que contribuiu com sugestões diversas.

O documento do Governo apresenta em seus capítulos iniciais um diagnóstico da economia em seus aspectos globais, setoriais e espaciais, identificando, na parte global e setorial, os seguintes problemas principais:

### a) Problemas Globais:

- i) queda acentuada da capacidade de produção e competição do Estado nos anos recentes;
- ii) o desemprego disfarçado prevalecente no meio rural e urbano tem apresentado uma alarmante tendência a incrementar-se no Estado;

- iii) a maior parte da população sergipana está concentrada no campo, engajada em atividades produtivas de baixo rendimento;
- iv) perda de dinamismo do impulso inicial da indústria sergipana, representada pelas indústrias agro-açucareira, têxtil e alimentares;
- v) perda da posição relativa do setor industrial dentro da composição do produto estadual, em virtude da estagnação da indústria têxtil e da agro-indústria do açúcar não ter sido compensada pela contribuição de atividades industriais novas;
- vi) a economia sergipana não tem conseguido absorver percentual satisfatório de sua força-de-trabalho;
- vii) no setor primário os assalariados temporários são 4 (quatro) vezes superiores aos assalariados permanentes. A redução do número de pessoas ocupadas no setor, ao que parece é motivado pela substituição da lavoura pela pecuária extensiva, atividade que demanda pouca mão-de-obra;
- viii) o setor secundário não tem conseguido absorver a mão-de-obra que é ofertada no mercado de trabalho no setor;

b) Problemas Setoriais

- i) Estrutura fundiária anacrônica, onde convivem duas formas anti-econômicas de exploração da terra - o latifúndio e o minifúndio, com predominância deste último - tem contribuído para diminuir o inexpressivo nível de produtividade do setor, bem assim para agravar os problemas sociais do campo;

- ii) pouca significação econômica das atividades de pesca, embora o Estado possua 163 km de costa;
- iii) produção extrativa vegetal decadente. As reservas florestais encontram-se quase totalmente extintas e o reflorestamento não é prática comum no Estado;
- iv) as constantes oscilações de produção do setor secundário, com tendência cada vez mais regressiva, demonstram sua incapacidade de auto-expansão;
- v) grande participação no setor industrial de pequenas indústrias de simples beneficiamento de produtos agrícolas, funcionando de maneira precária, com baixo nível técnico e completamente dependente das safras e condições de preços vigentes;
- vi) a perda do dinamismo do setor industrial do Estado encontra-se estreitamente vinculada à estagnação dos setores tradicionais - açúcar e têxtil. A indústria têxtil e a agro-indústria açucareira participam dos mesmos problemas, quais sejam; obsolescência da maquinaria e dependência constante do setor primário e baixa produtividade;
- vii) reduzida produtividade do setor terciário, em virtude da absorção pelo setor, de grande parte do excedente da força-de-trabalho nos centros urbanos sob a forma de subemprego.
- viii) baixo nível pedagógico do ensino primário, concorrendo para esta situação entre outras, a existência de 50% de professores leigos;
- ix) falta de localização racional das escolas, o que conduz a situação de salas de aula trabalhando com capacidade ociosa, ao lado de outras com excesso de alunos;



- x) elevada taxa de evasão escolar;
- xi) condições sanitárias bastante deficientes. Existe insuficiência dos serviços de água e esgotos em to do Estado;
- xii) alta relação entre população e número de médicos;
- iii) alto deficit habitacional;
- xiv) transporte ferroviário obsoleto; transporte flúvial efetuado de forma incipiente por pequenos barcos ; séria limitação à navegação de cabotagem imposta pelas condições da barra do rio Sergipe, por onde se dá acesso ao porto de Aracaju, que permite a passagem apenas de embarcações de pequeno calado;
- xv) é incipiente o consumo de energia elétrica para fins industriais;
- xvi) é incipiente a eletrificação rural;

O documento de Governo, por outro lado, menciona o surgimento de novas atividades ligadas, principalmente, à exploração do subsolo sergipano, que vieram propiciar a abertura de melhores perspectivas à economia estadual. Essas atividades estão intimamente relacionadas com os seguintes aspectos:

- a) exploração e início da produção comercial de petrô do subsolo sergipano, assim como os indícios de novos campos de produção, inclusive os poços da plataforma submarina, com o conseqüente aumento do nível de emprego no Estado;
- b) início da exploração econômica de calcário para fins industriais;
- c) melhor conhecimento quantitativo e qualitativo das jazidas minerais do Estado, notadamente salgema e potássio e das suas possibilidades de industrialização.

### 3. OBJETIVOS DO PLANO DE TRABALHO DE GOVERNO

Nas "Linhas de Ação Gerais" são apontados os seguintes objetivos gerais:

- a) aumento da eficiência e operosidade do Setor Público, tendo em vista a função estratégica pelo mesmo representada para o desenvolvimento;
- b) ampliação dos serviços de infra-estrutura econômica e social;
- c) elevação da taxa de emprego e do padrão-de-vida do sergipano;
- d) capacitação da força-de-trabalho com vistas ao atendimento das necessidades dos setores produtivos.

Por outro lado, as "Linhas de Ação Específicas", que se subdividem em linhas de ação do setor primário, secundário e terciário, apresentam os objetivos e a estratégia setorial intimamente relacionados. Os objetivos setoriais e a estratégia setorial, a par das diretrizes para uma política de regionalização dentro do Estado, estão descritas no Anexo deste volume.

### 4. PRIORIDADES SETORIAIS

Para efeito de análise das prioridades, os diversos setores foram agrupados em Atividades-Meio, Infra-Estrutura Social e Física e Setores Produtivos. Destes, sobressaem-se a Infra-Estrutura Social e a Infra-Estrutura Física, representando respectivamente, 51,2% e 35,7% dos investimentos totais no período do plano. As atividades-Meio e Setores Produtivos são destinados, respectivamente, 1,9% e 11,2% dos investimentos totais. Isoladamente, os Setores Habita-

ção (25,6%), Transportes (26,8%), Saneamento (12,1%) e Educação (10,5%) são os itens mais significativos quanto à destinação dos recursos.

São os seguintes os investimentos globais e as percentagens por setor no período 1971/74:

	Cr\$ MIL A PREÇOS DE 1971	%
<u>Atividades-Meio</u>	<u>6 680</u>	<u>1,9</u>
Reforma Administrativa	6 680	1,9
<u>Infra-Estrutura Social</u>	<u>185 300</u>	<u>51,2</u>
Educação	38 145	10,5
Saúde	11 072	3,0
Saneamento	43 583	12,1
Habitação	92 500	25,6
<u>Infra-Estrutura Física</u>	<u>129 206</u>	<u>35,7</u>
Energia	31 986	8,8
Transportes	96 920	26,8
Comunicações	300	0,1
<u>Setores Produtivos</u>	<u>40 720</u>	<u>11,2</u>
Agricultura e Abastecimento	18 082	5,0
Indústria	19 688	5,4
Recursos Naturais	2 950	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>361 906</b>	<b>100,0</b>

O "Plano de Trabalho" não faz referência explícita a quais sejam os programas e projetos prioritários, por isso apresentamos no anexo já referido, a listagem completa dos projetos Setoriais.

## 5. DISPÊNDIO E RECURSOS

O atendimento dos objetivos contidos no "Plano de Trabalho" irá requerer, no quadriênio 1971/74, investimentos no montante Cr\$ 361,9 milhões, assim discriminados por setores de atividade econômica:

Valor em Cr\$1.000,00

Discriminação	Custo Total	Custo Anual			
		1971	1972	1973	1974
Infra-Estrutura Econômica					
- Energia	31.986	9.260	7.313	7.298	8.115
- Transportes	96.920	23.520	27.490	24.310	21.600
- Comunicações	300	300	-	-	-
Agricultura e Abastecimento	18.032	2.972	4.070	5.050	5.990
Indústria	19.683	6.118	3.900	4.560	5.110
Recursos Naturais	2.950	250	900	950	850
Infra-Estrutura Social					
-- Educação	38.145	6.348	9.411	9.598	12.788
-- Saúde	11.072	1.791	4.265	3.576	1.440
-- Saneamento	43.583	3.723	13.410	14.060	12.390
-- Habitação	92.500	10.320	18.580	25.000	37.600
Reforma Administrativa	6.620	1.190	1.940	1.870	1.700
<b>TOTAIS</b>	<b>361.906</b>	<b>65.792</b>	<b>91.279</b>	<b>97.252</b>	<b>107.583</b>

Tal cifra, aos preços de 1971, compreende os investimentos a serem empreendidos diretamente pelo Governo Estadual, sendo o seu financiamento realizado por intermédio de recursos próprios do Estado, dos auxílios e concessões do Governo Federal e mediante o estabelecimento de acordos e convênios com entidades nacionais e estrangeiras.

Conforme pode-se observar no Quadro 1 que se segue, 42,7% dos recursos necessários para o financiamento do custo total dos programas deverão ser cobertos pelo Estado, ficando os 57,3% restantes para serem supridos com recursos originários do Governo Federal e de entidades internacionais. Observe-se a grande participação do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo Especial nos recursos estaduais.

QUADRO 1

ESQUEMA DE FINANCIAMENTO POR SETORES DE

ATIVIDADE ECONÔMICA

(Valor em Cr\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO TOTAL	%	1971	%	1972	%	1973	%	1974	%
ESTADO	154 514	42,69	28 284		39 205		41 126		45 899	
Fundo de Participação dos Estados	44 136	12,20	8 318		11 672		11 516		12 630	
Fundo Especial	69 501	19,20	11 700		15 910		19 115		22 776	
Estado	1 250	0,35	150		310		380		410	
Imposto Único sobre E.E.	7 695	2,13	2 250		1 650		1 815		1 980	
Part.no valor do Petróleo Bruto	19 500	5,39	4 000		4 500		5 000		6 000	
Outros Recursos	12 432	3,44	1 866		5 163		3 300		2 103	
OUTRAS FONTES	207 392	57,30	37 508		52 074		56 126		61 684	
Especificadas	166 442	42,99	30 528		38 279		46 586		51 049	
Não Especificadas	40 950	11,31	6 980		13 795		9 540		10 635	
TOTAL	361 906	100,00	65 792		91 279		97 252		107 583	

## C - INSTRUMENTOS

Dentre os instrumentos de que o governo dispõe para a implementação de uma política de desenvolvimento integrado, o "Plano de Trabalho" faz referência explícita ao sistema administrativo e ao sistema de arrecadação; sendo:

a) - elevar a capacitação dos órgãos diretamente responsáveis pela execução dos programas prioritários e criar novos instrumentos administrativos para garantir a viabilidade do Plano;

b) - dispensar atenção especial aos assuntos fazendários, visando a maior eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação, através de uma legislação adequada, modernização do equipamento e treinamento de pessoal, a fim de assegurar maior disponibilidade de recursos.

Há ainda um sistema de acompanhamento e avaliação dos planos e programas, a serem executados tanto pelo Órgão Central como pelos órgãos setoriais; a este último, limitado às atividades específicas do órgão a que está subordinado hierarquicamente, ao primeiro nos aspectos globais.

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DO ESTADO DE SERGIPE

D - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DO ESTADO DE SERGIPE

1. Orçamento para 1972: 134,2 milhões de cruzeiros

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita da Região	3,8	3,8	3,8
- s/Receita Total dos Estados	0,4	0,4	0,4

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 8,8	+ 7,7
1971/72	+ 17,9	+ 18,1

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 20,1	+ 32,1
1971/72	+ 29,2	+ 21,3

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	Total
1968	45,7	36,1	-	1,4	37,5
1970	39,7	20,1	16,6	16,8	53,5
1972	31,3	17,5	13,9	24,0	55,4

(\*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.



6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	109,1	77,4	76,2
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	27,7	19,9	22,4

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	134,9	235,9	236,8
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	131,9	211,6	210,0

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	36,3	37,4	29,8
Região	41,1	39,5	33,3
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	23,5	32,3	46,2
Região	31,9	34,9	36,8
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

FLUTUANTE	FUNDADA	EXTERNA
100,0	0,0	-

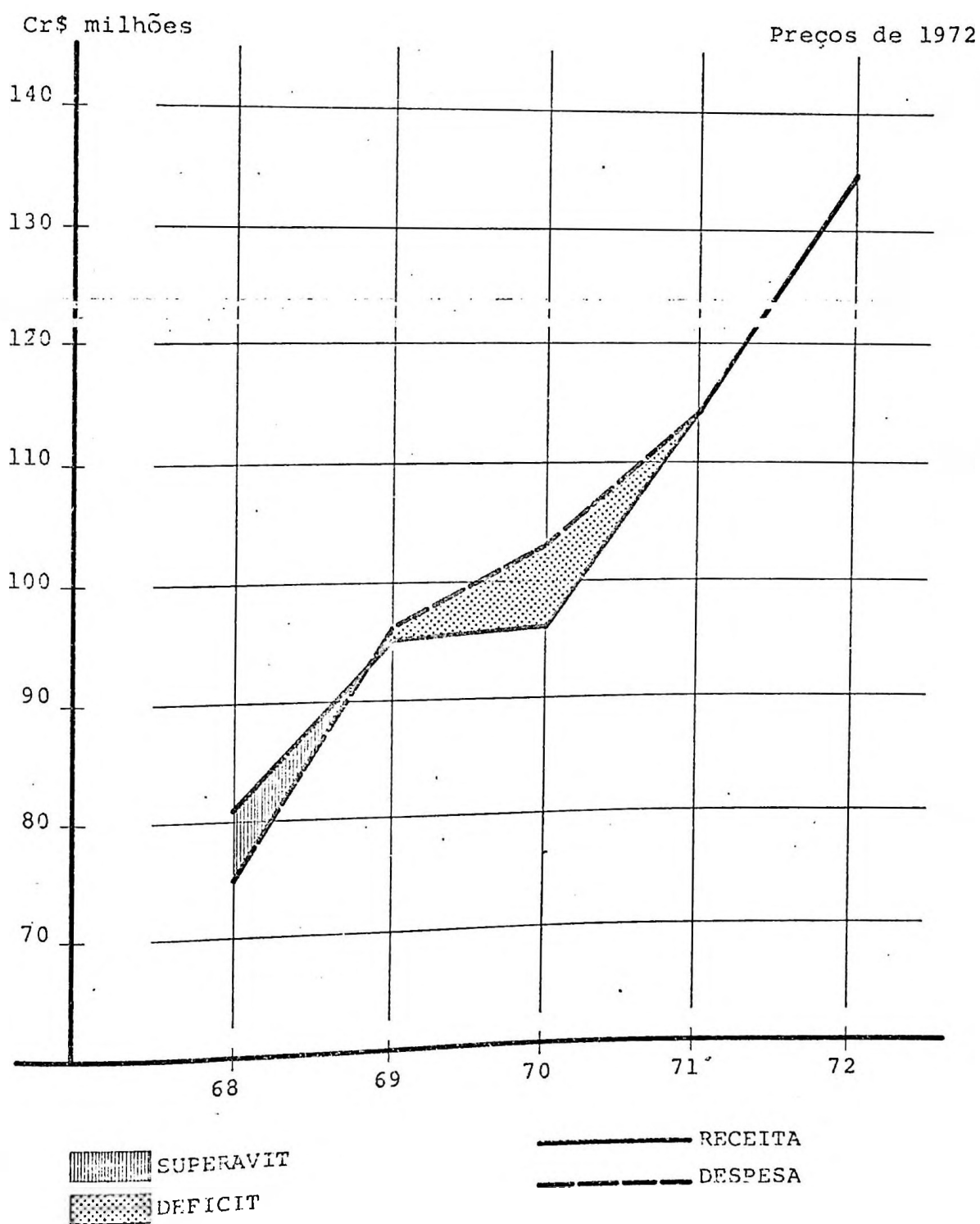
11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

13,8

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	-	-	2,3
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	1,2	1,0	1,0
14. <u>Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :</u>			

<u>1968</u>	<u>1970</u>
+ 7,9	- 5,6

ESTADO DE SERGIPE  
COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA  
1968/1972



C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DE SERGIPE

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DE SERGIPE

1. AVALIAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

1.1. O Orçamento em 1972

O Orçamento do Estado de Sergipe, para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa e Estima a Receita no montante de Cr\$ 134,2 milhões.

1.1.1. A posição Relativa da Receita

A receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do DF e à Receita da União, conforme se apresentam abaixo, mostram a Receita do Estado de Sergipe evoluindo a taxas próximas às observadas para a Receita da União e médias regional e nacional.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/Receita da Região Nordeste: (%)	3,8	4,0	3,8	3,8	3,8
Receita Estadual / Receitas dos Estados: (%)	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Receita Estadual/Receita da União: (%)	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4

---

1/ Tabelas BR - 1.3, 1.4 e 1.5,

Todas as tabelas citadas com a referência - BR - encontram-se no anexo II, do volume 14.

Os gráficos I, II e III apresentados no anexo I do Volume 14, mostram a posição relativa da Receita do Estado, nos anos 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região Nordeste, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União.

#### 1.1.2. Evólução da Receita em termos reais

A evolução da Receita em termos reais, como indicam os dados abaixo, apresenta duas tendências nitidamente diferenciadas. A primeira, referente aos exercícios 1969 e 1970, quando há uma estabilidade após ter havido uma substancial expansão em relação a 1968.

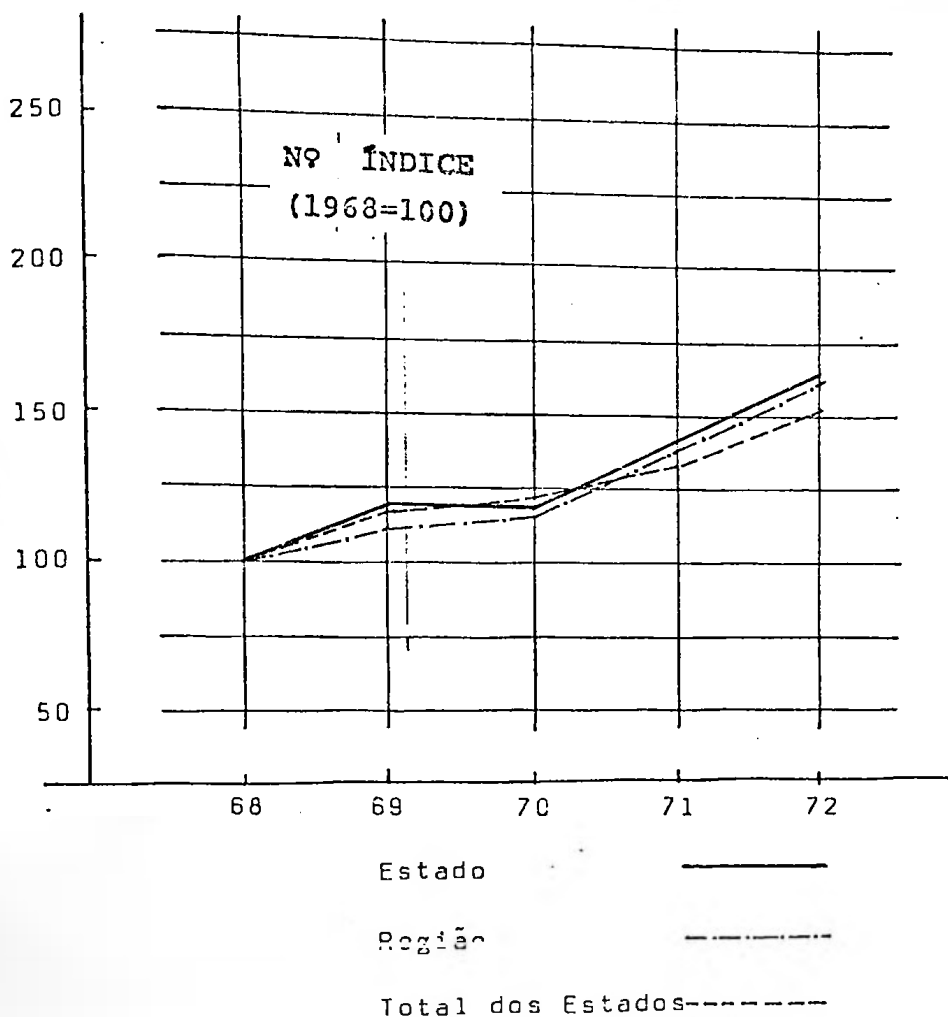
A segunda, referente ao sub-período 1971/72, prevê substanciais acréscimos da Receita estimada.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	118	118	141	164
Acréscimos Anuais: (%)	-	+17,5	+ 0,7	+18,7	+17,0

O gráfico seguinte compara o crescimento, em termos reais, da Receita do Estado de Sergipe, da Receita da Região e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal.<sup>2/</sup>, onde se evidencia o desempenho apenas médio da Receita Estadual.

1/ Tabelas SE - 1.2 e 1.3, apresentadas no anexo II deste volume.

2/ Tabela BR - 1.2 -



### 1.1.3. Evolução da Despesa em termos reais

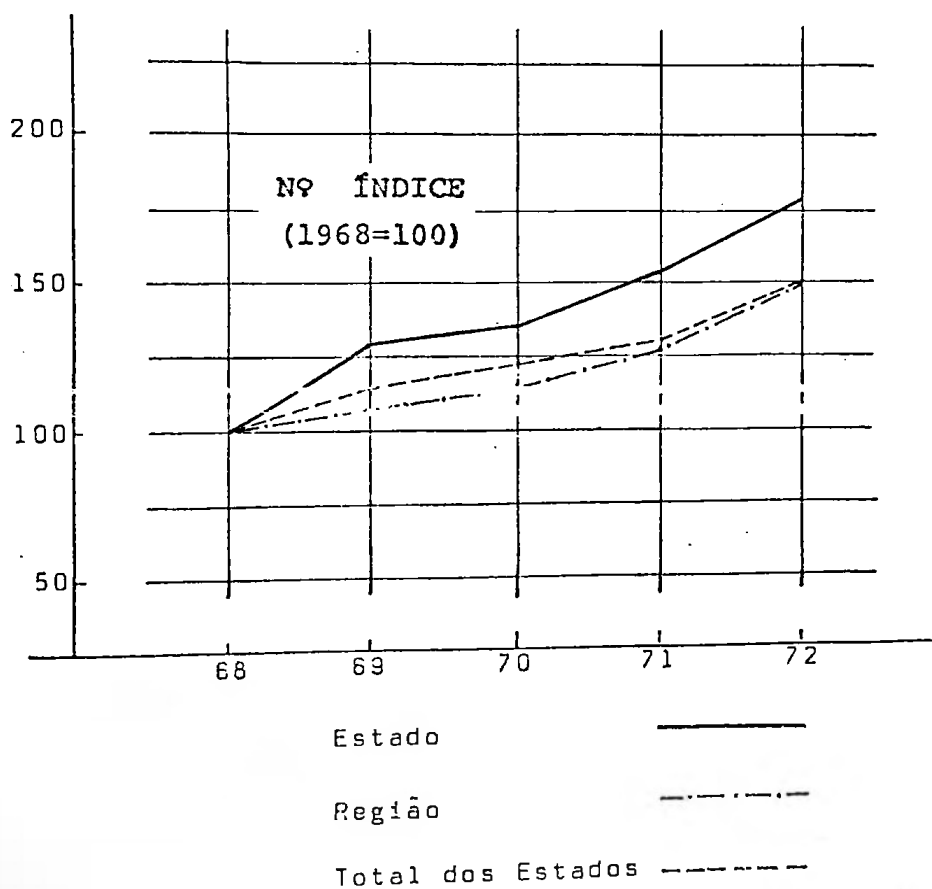
A evolução da Despesa em termos reais, de acordo com os dados abaixo, mostra uma tendência regularmente ascendente, ao contrário da observada para a Receita.<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	129	136	153	179
Acréscimos Anuais: (%)	-	+29,0	+ 5,4	+12,2	+17,1

<sup>1/</sup> Tabelas SE - 1.2 e 1.3

Para o sub-período 1968/70, observa-se um crescimento de 16,6% a.a., superior portanto ao da Receita no mesmo período, 8,8% a.a., e suficiente para induzir o aparecimento do Deficit Orçamentário a partir de 1969.

O gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais, da Despesa do Estado, da Despesa da Região e do Somatório das Despesas dos Estados e do Distrito Federal.<sup>1/</sup>



## 2. ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita se desdobrará em duas etapas:

<sup>1/</sup> Tabela BR - 3.1

2.1 - análise segundo as categorias econômicas;

2.2 - análise segundo a origem.

Neste segundo sub-item será dado destaque ao ICM e as Transferências e sua posição relativa no Orçamento.

### 2.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O Gráfico nº V apresentado no Anexo 7 do Vol. 14, mostra as Receitas dos Estados da Região Nordeste desdobradas em Receitas Correntes e de Capital.<sup>1/</sup> Sergipe tem as Receitas de Capital com proporção maior que a média regional na composição da Receita Total, sendo que modificações na composição da Receita Total seguem a mesma tendência da média regional, ou seja, as Receitas de Capital estão elevando a sua participação relativa, tanto em Sergipe como no Nordeste.

#### 2.1.1. Evolução em Termos Reais das Receitas Correntes e de Capital

A evolução das Receitas Correntes, em termos reais, processou-se a um ritmo lento, 3,3% a.a., no sub-período 1968/70. Já para o sub-período 1971/72 (dados de Orçamento) as estimativas para as Receitas Correntes prevêem uma aceleração desta evolução, pois deverão crescer a uma taxa de 10,3% a.a. (\*)

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.6

(\*) As taxas de crescimento para o período de previsão foram calculadas com base no ano de 1970. Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídas, respectivamente, com dados de balanço e previsão orçamentária.



As receitas de Capital apresentam, em termos reais, uma tendência ascendente ao longo de todo o período, sendo que os valores estimados preveem a uma aceleração daquele ritmo de expansão no final do período, passando de uma taxa de 20,1% a.a. no sub-período 1968/70 para 29,2% a.a. em 1971/72.

O quadro a seguir mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital:<sup>1/</sup>

### Receita Corrente e de Capital

Nº Índice - 1968 = 100

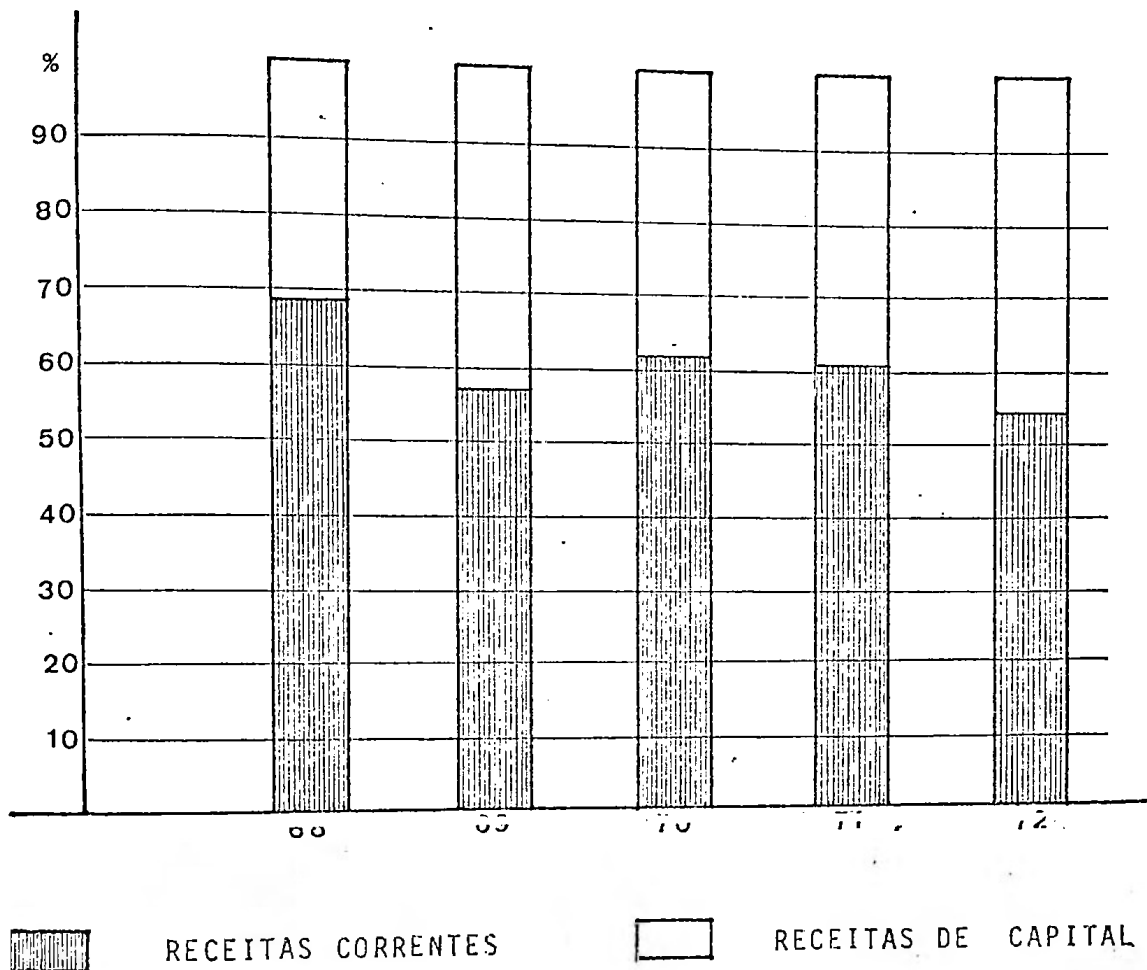
ANO \ RECEITA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	97	162
1970	107	144
1971	124	176
1972	130	241

#### 2.1.2. A Composição Percentual da Receita Segundo as Categorias Econômicas

O ritmo de crescimento mais acelerado das Receitas de Capital conduziu à modificação da composição do total de Receitas, com um declínio da participação relativa das Receitas Correntes,

<sup>1/</sup> Tabelas SE - 1.2 e 1.3

como mostra o gráfico abaixo.<sup>1/</sup>



O comportamento acima descrito para as Receitas de Capital é explicado, como será visto a seguir, pela evolução acelerada das Transferências de Capital, o principal elemento componente das Receitas de Capital, e ainda, pela previsão de realização de Operações de Crédito, inexistentes no sub-período anterior.

<sup>1/</sup> Tabela SE - 1.1

## 2.2. Análise Segundo a Origem

O Gráfico nº VI apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a comparação da composição das Receitas dos Estados da Região, desdobradas em Próprias e Transferências, onde se verifica ser Sergipe o Estado que programou as mais acentuadas modificações naquela composição, relativamente a observada nos anos de execução orçamentária. Tal fato deverá situá-lo no final do período como sendo o Estado de maior grau de dependência aos recursos transferidos.

### 2.2.1. Evolução em Termos reais das Receitas Próprias e Transferências

A evolução das Receitas Próprias, em termos reais, identifica para o sub-período 1968/70 (dados de Balanço) uma tendência decrescente, representando estas em 1970 apenas 88% do seu valor em relação a 1968. Para o sub-período 1970/72 a estimativa das Receitas Próprias mostram-nas crescendo a uma taxa de 15,5% a.a. Os dados abaixo mostram essa evolução:<sup>2/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	111	88	89	117
Acréscimos Anuais: (%)	-	+11,2	-20,8	+ 1,6	+31,4

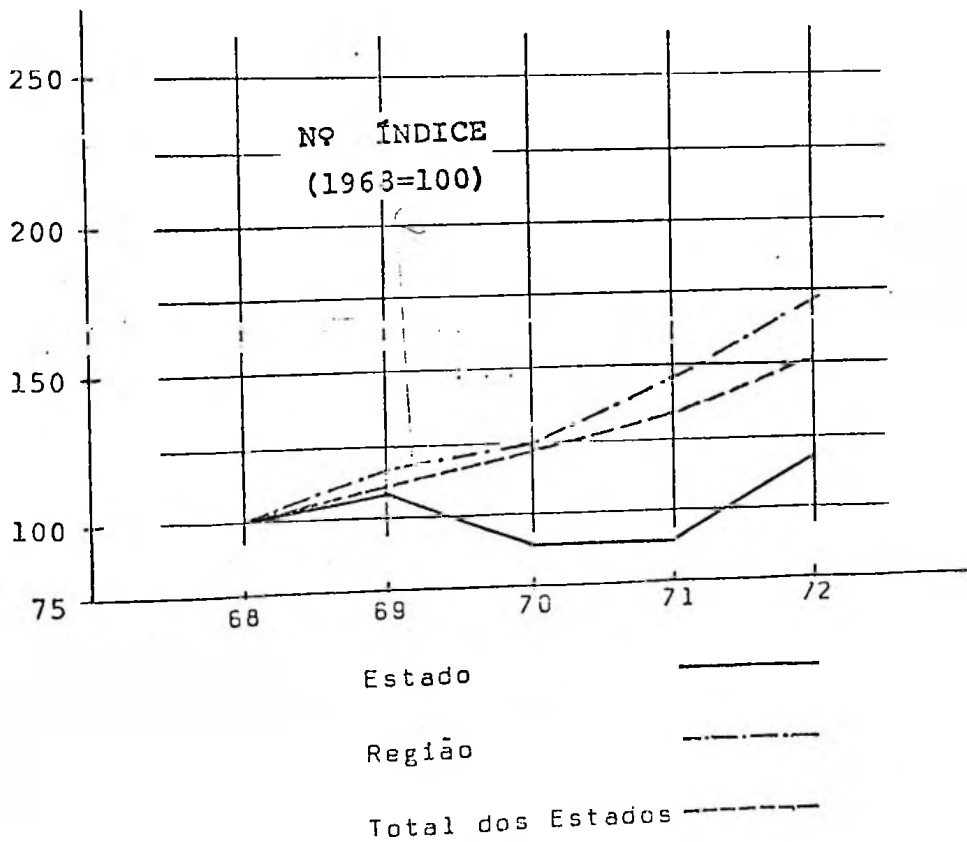
O comportamento observado para as Receitas Próprias resultou tanto do lento crescimento experimentado pelo ICM no primeiro sub-período, como pelo declínio, em valor absoluto, sofrido

1/ Tabela BR - 2.2

2/ Tabela SE - 2.2

do pelas "Outras Receitas" (Cr\$ 13,7 milhões em 1968 a Cr\$ 6,5 milhões em 1970). Já no segundo sub-período, os elevados acréscimos na estimativa para o ICM, para as "Outras Receitas" e para as Operações de Crédito, justificam aquela taxa de crescimento estimada para as Receitas Próprias no sub-período 1971/72.

O gráfico a seguir apresenta o crescimento em termos reais das Receitas Próprias do Estado, da Região e do Total de todos os Estados e Distrito Federal.<sup>1/</sup>



Observa-se que o ritmo de crescimento das Receitas Próprias do Estado é bem inferior ao ritmo dos totais regional e nacional. Enquanto as Receitas Próprias do Estado evoluem a 4,0%

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.1

a.a., o total das Receitas Próprias da Região evolui a 14,5% a.a., e o total para todos os estados evoluem a 10,9% a.a.

As Transferências em termos reais, no sub-período 1968/70 cresceram a uma taxa de 30,0% a.a.. As estimativas para o sub-período 1971/72 mostram-nas crescendo a uma taxa da ordem de 20,0% a.a., taxa essa mais compatível com aquela observada para os dados de Balanço do que a prevista para as Receitas Próprias. O quadro abaixo apresenta o ritmo da evolução das Transferências para o Estado.<sup>1/</sup>

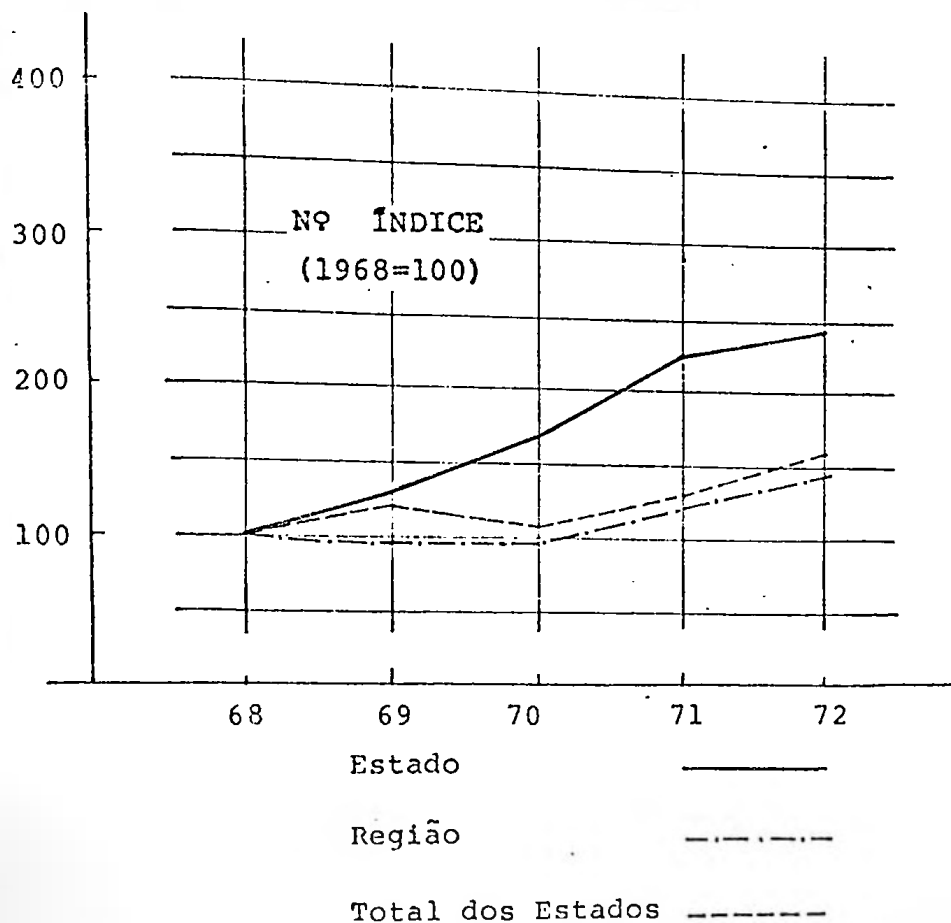
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	128	169	226	243
Acréscimos Anuais: (%)	-	+28,1	+31,9	+33,7	+ 7,5

O gráfico seguinte apresenta a evolução, em termos reais, das Transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo Total dos Estados e Distrito Federal.<sup>2/</sup> O ritmo em que evoluem as Transferências para o Estado (24,9% a.a.) é bem mais intenso que o ritmo em que evolui o total das Transferências para a Região (9,2% a.a.) e o ritmo da evolução do total das Transferências para os Estados (12,3% a.a.).

---

<sup>1/</sup> Tabela SE - 2.2

<sup>2/</sup> Tabela BR - 2.1



### 2.2.2. O ICM

O ICM, principal componente das Receitas Próprias, contribuiu para o Total de Receitas do Estado, no período 1968/70, com cerca de 42%, declinando sua participação no período subsequente, atingindo em 1972 somente 31%.<sup>1/</sup>

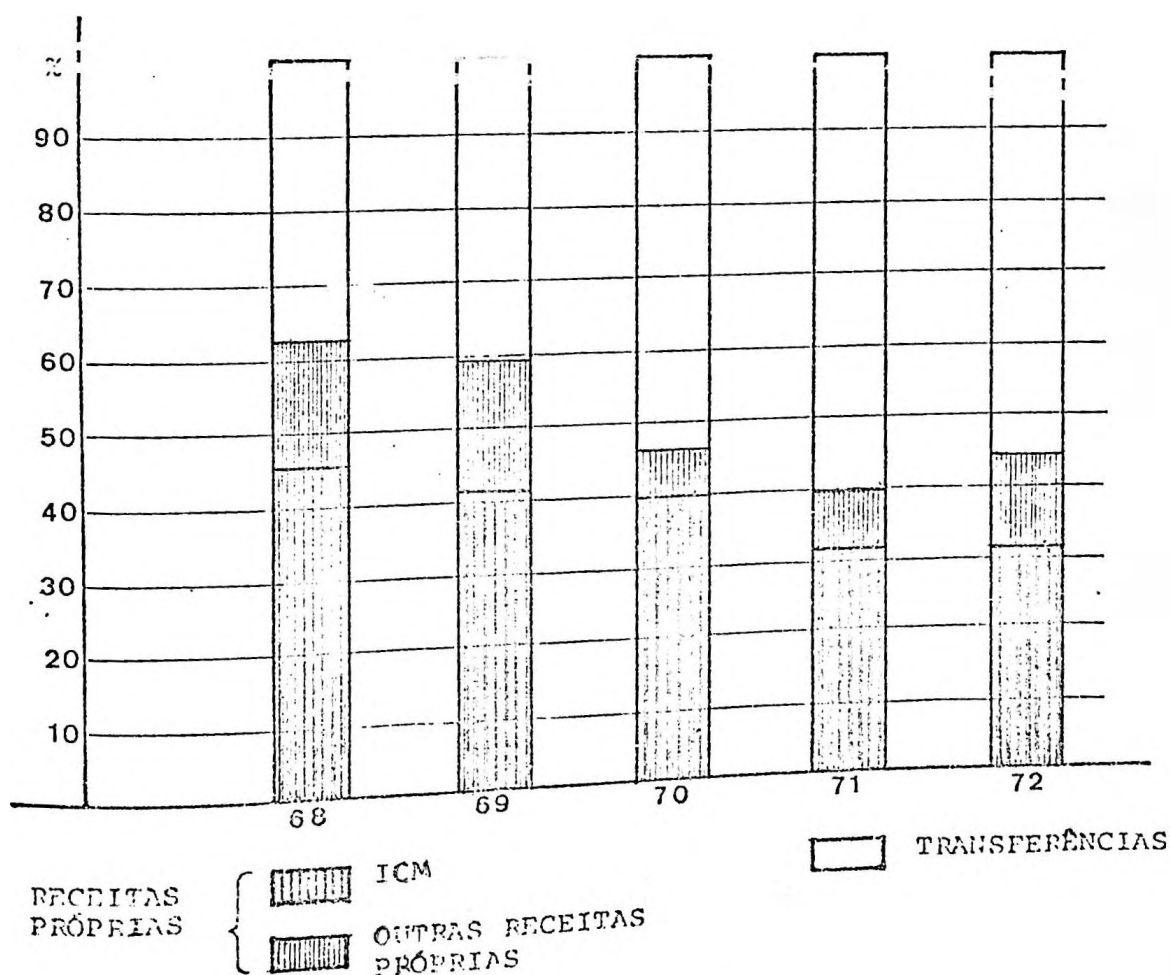
<sup>1/</sup> Tabela SE - 2.1



### 2.2.3. A Composição Percentual da Receita Segundo a Origem

O ritmo de crescimento mostrado pelas Receitas Próprias e seus componentes e pelas Transferências implicou em que as Receitas Próprias diminuíssem sua participação relativa no Total de Receitas ao longo do subperíodo 1968/70. No subperíodo 1971/72 as previsões indicam um aumento de sua participação, mas não há recuperação de sua antiga posição relativa.

O gráfico seguinte ilustra essa modificação da composição da Receita Estadual.





O gráfico nº VII apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra a proporção do ICM no total de Receitas para todos os Estados da Região Nordeste nos anos de 1968, 1970 e 1972.<sup>1/</sup> Em Sergipe, o ICM tem uma participação na Receita menor que a média regional, e a tendência observada é que esta proporção seja cada vez menor que a média da Região.

#### 2.2.4. As Transferências e sua Posição Relativa no Total das Receitas

As transferências apresentam-se com uma participação relativa no Total das Receitas crescente para os dados de Balanço, passando de 37,5% em 1968 para 53,3% em 1970. Para os dados de Orçamento prevê-se uma participação de 60,2% em 1971 e de 55,40 em 1972, atingindo portanto posições mais elevadas que as do subperíodo anterior.

Em conjunto, os Fundos<sup>2/</sup> mantiveram sua contribuição no subperíodo 1968/70, passando de 36,1% em 1968 para 36,7% em 1970, apesar da introdução do Fundo Especial em 1969. No segundo subperíodo a participação relativa dos Fundos deverá declinar, atingindo apenas 31,4% em 1972.

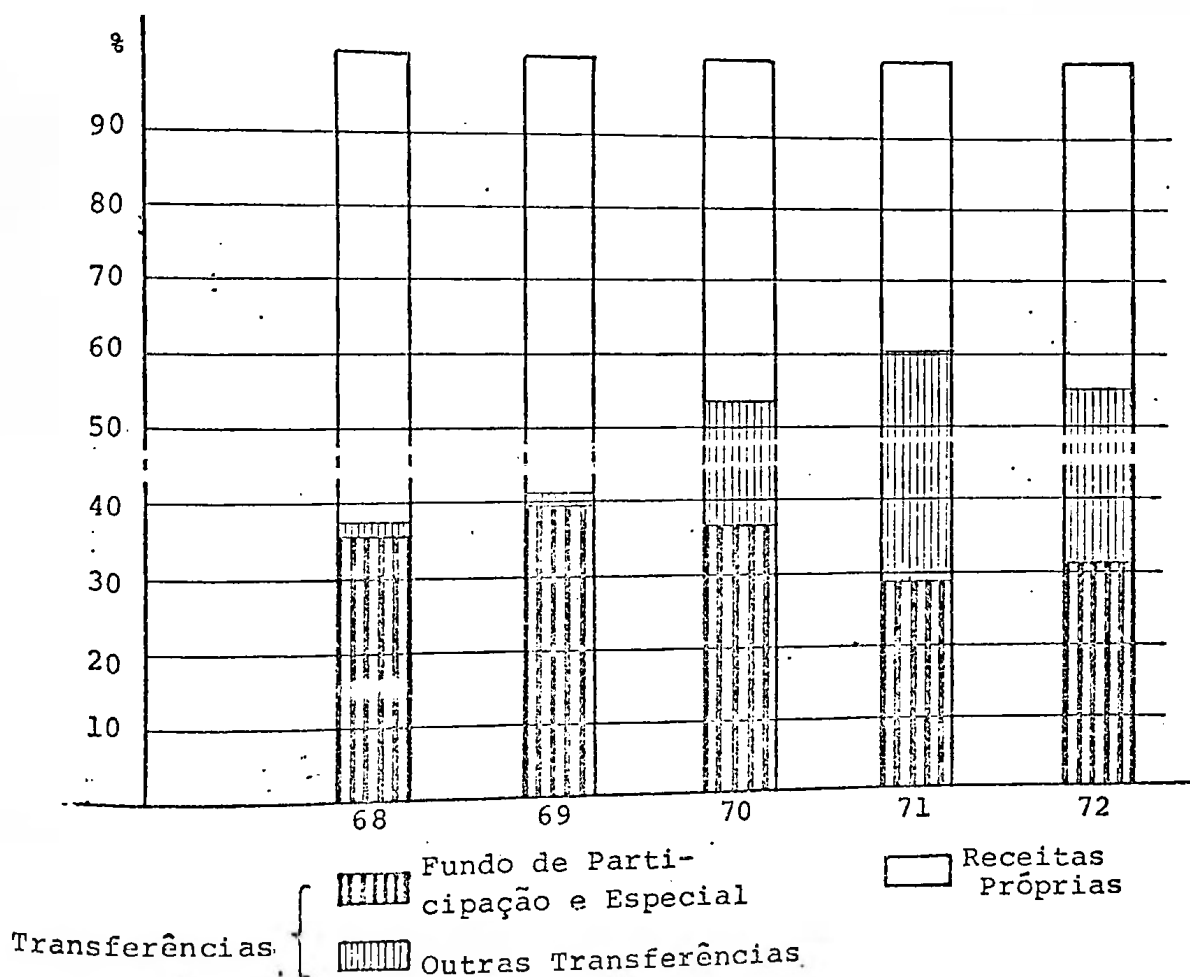
---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.2.1

<sup>2/</sup> Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial

As "Outras Transferências" mostram uma participação relativa crescente ao longo de todo o período, passando de 1,4% em 1968 e 16,8% em 1970, para 24,0% em 1972, tendo este crescimento sido mais acentuado no primeiro sub-período.

As modificações estruturais ocorridas na composição das Transferências podem ser visualizadas no gráfico abaixo.<sup>1/</sup>



<sup>1/</sup> Tabela SE - 2.3

O Gráfico nº VIII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a comparação das Transferências recebidas pelos Estados da Região Nordeste, relativa ao total das Transferências recebidas por todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.<sup>1/</sup>

O Estado de Sergipe tem uma participação crescente no total das Transferências, em decorrência do ritmo intenso em que estão evoluindo, bastante superiores aos verificados para a Região e total dos Estados.

O Gráfico nº IX, apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a comparação entre as Transferências dos Fundos de Participação dos Estados e do Fundo Especial. A posição de Sergipe se mantém relativamente estável, embora seja um dos Estados de menor participação nestas transferências.<sup>2/</sup>

O quadro abaixo apresenta a participação relativa de Sergipe no Total das Transferências e no Total dos Fundos:

	1968	1969	1970	1971	1972
Transferências (%)	1,3	1,4	2,0	2,3	2,0
Fundos (%)	2,6	3,7	3,5	3,3	3,4

#### 2.2.5. Receitas em Termos "Per-Capita"

##### Receitas Próprias "Per-Capita"

As Receitas Próprias "per-capita" de Sergipe eram superiores à média regional das Receitas Próprias "per-capita" em 1968 e 1969. A menor intensidade do ritmo de evolução das Receitas Próprias do Estado (observado e previsto) em comparação aos apresentados pelos demais Estados da Região, faz com que em 1970/72 as Receitas Próprias "per-capita" de Sergipe venham ser inferiores à média regional.<sup>3/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.5

<sup>2/</sup> Tabela BR - 2.5.1

<sup>3/</sup> Tabela BR - 2.3

Em 1968 as Receitas Próprias "per-capita" do Estado eram de 58,18 Cr\$/hab, ou 109% da média regional de 53,32 Cr\$/hab. Em 1972, as Receitas Próprias "per-capita" estão estimadas em 63,45 Cr\$/hab, ou apenas 76% da média regional. Ocorrendo assim uma diminuição relativa substancial da disponibilidade própria de recursos em termos "per-capita". O Gráfico nº X, apresentado no Anexo I do Vol.14, mostra as Receitas Próprias "per-capita" dos Estados Nordestinos, do Total dos Estados, e da Região Nordeste. Observa-se facilmente que Sergipe tem o comportamento acima descrito.

#### Transferências "Per-Capita"

As Transferências "per-capita" em termos reais recebidas pelo Estado apresentam-se superiores às Transferências "per-capita" calculadas para a Região Nordeste e para o total dos Estados e Distrito Federal.<sup>1/</sup>

Em 1968, as Transferências "per-capita" eram de 34,91 Cr\$/hab. ou 135% da média regional de 25,97 Cr\$/hab. Em 1972, as Transferências "per-capita" estão estimadas em 78,70 Cr\$/hab., ou 238% da média regional de 33,24 Cr\$/hab.. Esperando-se assim, uma substancial melhoria da posição do Estado.

O Gráfico nº XI apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra as Transferências "per-Capita" recebidas pelos Estados comparadas às da Região Nordeste e às do total dos Estados.

As Transferências têm uma evolução mais rápida que as Receitas Próprias, pois enquanto estas evoluem a 4,1% a.a. no período 1968/72, as Transferências se expandem a 24,8% a.a. Esta constatação significa o aumento da dependência do Governo Estadual às contribuições financeiras do Governo Federal.

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2,3

### 3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do item Despesa será efetuada segundo:

3.1 - as categorias econômicas

3.2 - as funções

#### 3.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O Gráfico Nº XII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a composição das Despesas dos Estados da Região Nordeste segundo as categorias econômicas: Sergipe, em 1968, era o estado com maior proporção de gastos correntes.<sup>1/</sup> Em 1972, terá a sua proporção de gastos correntes muito diminuída, sendo o segundo estado a gastar menos em gastos correntes, ou sob outro ângulo, o segundo Estado a gastar mais em despesas de Capital.

##### 3.1.1. Evolução em Termos Reais das Despesas Correntes e de Capital

O crescimento das Despesas Correntes, em termos reais, mostrou-se significativo no sub-período 1968/70, taxa de 9,6% a.a. No sub-período 1971/72, as estimativas preveem uma taxa de crescimento muito modesta, (2,2%) a.a.

O comportamento verificado para as Despesas Correntes no primeiro sub-período resultou, do intenso crescimento verificado para as Despesas com Pessoal (taxa da ordem de 18,1% a.a.), já que as "Outras Despesas Correntes" permaneceram estáveis, em torno de 30,9 Cr\$ milhões. A estimativa de comportamento para o segundo sub-período decorre das previsões de crescimento bem mais modestas para as Despesas com Pessoal e "Outras Despesas Correntes" (taxas da ordem de 2,5% a.a. e 2,1% a.a., respectivamente).

---

<sup>1/</sup> Tabela SE - 3.2

O crescimento das Despesas de Capital, em termos reais, apresenta-se bastante acentuado ao longo de todo o período (taxa de 36,9% a.a. para o subperíodo 1968/70 e previsão de 37,1% a.a. para o subperíodo 1971/72.

O quadro abaixo ilustra a evolução, em termos reais, das Despesas Correntes e de Capital:

Nº ÍNDICE - 1968 = 100		
ANO \ DESPESA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	107	199
1970	120	188
1971	123	249
1972	126	352

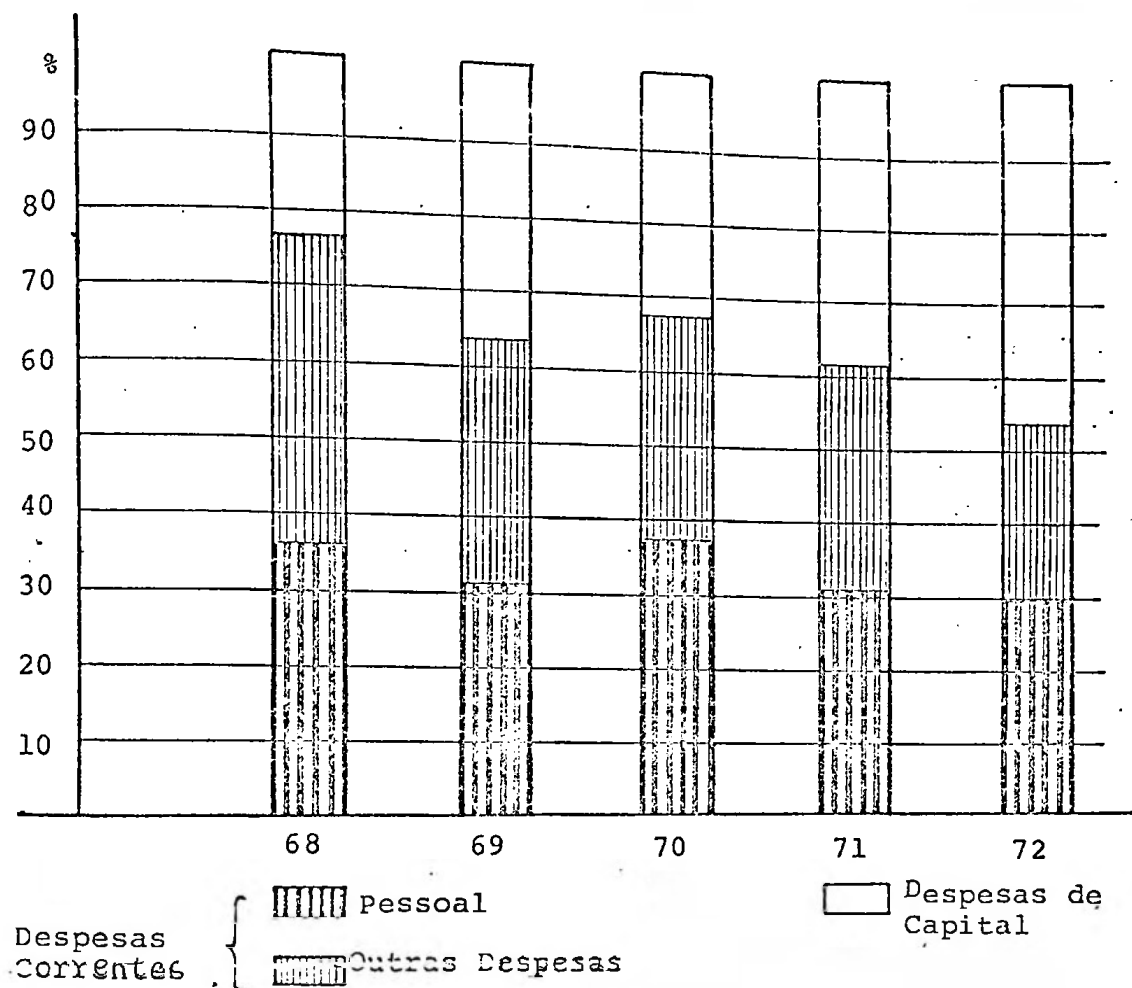
O Gráfico Nº XII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a comparação das Despesas com Pessoal para os Estados da Região <sup>1/</sup> Sergipe tem uma proporção de gastos com Pessoal inferior à média regional, mas com evolução próxima a esta média.

### 3.1.2. A Composição Percentual da Despesa Segundo as Categorias Econômicas

O descompasso no ritmo de crescimento entre as Despesas de Capital e as Despesas Correntes determinou uma mudança na composição do Total das Despesas, com um sensível aumento da proporção

1/ Tabela BR - 3.4

das Despesas de Capital, como evidencia o gráfico abaixo.<sup>1/</sup>



### 3.1.3 Despesas com Pessoal e Capital em Termos "Per-Capital"

As Despesas com Pessoal "per-capita", em termos reais mostram-se em contínua expansão, passando de 31,13 Cr\$/hab. para 42,37 Cr\$/hab. no período 1968/72. Em termos relativos, a Despesa com Pessoal "per-capita" do Estado que em 1968 representava 88% da média para a região Nordeste ( 35,44 Cr\$/hab. ), está estimada em 109% da média regional ( de 38,82 Cr\$/hab. ), o que indica que a estrutura do governo Estadual, nos últimos anos, deverá custar mais por habitante que a média regional.<sup>2/</sup>

As Despesas de Capital "per-capita", em termos reais, se elevam de 20,08% Cr\$/hab. para 65,67 Cr\$/hab. no período de 1968/72.

<sup>1/</sup> Tabela SE - 3.1

<sup>2/</sup> Tabela SE - 3.4 e BR - 3.2

No mesmo período, as Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Nordeste passaram de 27,55 Cr\$/hab para 42,90 Cr\$/hab e, em termos relativos, os valores para o Estado representam, respectivamente, 73% e 153% dos valores para a Região. Desta forma, o Governo Estadual pretende dispendir em formação de capital cifras por habitantes cada vez mais elevadas que as regionais.<sup>1/</sup>

### 3.2. Despesas por Funções

Os setores, Governo, Administração Geral e Financeira, Viação e Comunicação e Educação e Cultura, respondem no conjunto, por mais de 70% do total de Despesas. O quadro abaixo, apresenta a participação relativa no total de Despesas, desses setores em conjunto e sua posição individual.<sup>2/</sup>

#### DESPESA SEGUNDO AS PRINCIPAIS FUNÇÕES

(Despesa Total = 100%)

ANO	SETORES	GOV. ADMINISTR. GERAL / FINANC.	VIAÇÃO TRANSP. COMUNICAÇÕES	EDUCAÇÃO E CULTURA	TOTAL
1968		49,6	6,3	12,0	67,9
1969		43,0	5,0	9,4	57,4
1970		45,4	6,1	14,2	65,7
1971		36,3	16,6	17,8	70,7
1972		48,1	18,8	16,9	83,8

Há uma tendência estável no período 1968/70 para a participação do conjunto de setores especificados no quadro acima. Para o período 1970/72, a tendência é crescente, com a participação individual de Transportes e Educação sendo responsável por esta mudança de tendência.

<sup>1/</sup> Tabelas SE - 3.4 e BR - 3.2

<sup>2/</sup> Tabela SE - 3.3



4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

4.1 Equilíbrio Orçamentário

4.1.1 Saldo Orçamentário <sup>1/</sup>

O Estado de Sergipe apresentou Saldo em Conta Corrente, sempre negativo que em 1968 e 1970 atingiu elevadas proporções (-7,5% e -9,6%) em relação a Receita Total. Enquanto isso, o Saldo da Conta de Capital é sempre positivo, significando que estão sendo dispendidos recursos de Capital em gastos correntes. O Saldo Orçamentário mostrou-se Superavitário em 1968 e Deficitário em 1969 e 1970.

4.1.2 Saldo Orçamentário Efetivo <sup>2/</sup>

No período 1968/70 não houve Operações de Crédito, o que torna o Saldo Orçamentário Efetivo igual ao Saldo Orçamentário. Para 1971 e 1972 estão previstas Operações de Crédito em pequenos montantes. O quadro abaixo especifica a proporção entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita <sup>3/</sup>.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (%) :	+7,9	-1,0	-5,6	-3,6	-2,3

Pode-se concluir que o Deficit Orçamentário Efetivo é crescente, apesar de irregular, em termos relativos a Receita, levando a permanente desequilíbrio financeiro. Este porém é de pequena significação em comparação aos apurados para a maioria dos Estados.

1/ Saldo Orçamentário = Receita - Despesa (Tabela SE-4.1)  
2/ Saldo Orçamentário Efetivo = Saldo Orçamentário - Operações de Crédito.  
3/ Sinal (-) corresponde a Deficit, e o sinal (+) corresponde a Superavit.

O comportamento do Saldo Orçamentário Efetivo de Sergipe tem uma evolução mais satisfatória que a média regional <sup>1/</sup>. É o que pode ser concluído do quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (NE)	-10,9%	-12,0%	-11,6%
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (SE)	+7,9%	-5,6%	-2,3%

O Gráfico nº XIV apresenta a relação entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita para os Estados da Região Nordeste. Observa-se que Sergipe segue a tendência geral da Região, mas conserva uma das mais favoráveis relações de Saldo Orçamentário Efetivo/Receita.

#### 4.2 Financiamento das Despesas de Capital

A primeira variável a ser analisada é a poupança em Conta Corrente <sup>2/</sup>. O quadro abaixo permite concluir que a Poupança Corrente não tem importância no financiamento das Despesas de Capital, pois, a exceção de 1972, recursos de Receita de Capital tem sido desviados para gastos correntes.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo em Conta Corrente/ Receita (%):	-1,7	-7,5	-9,6	-0,9	+0,4

O gráfico nº XV apresenta a relação entre o Saldo em Conta Corrente (SCC) e a Receita para os Estados da Região Nordeste. Verifica-se que o Estado de Sergipe tem uma posição relativa que segue a tendência geral dos Estados da Região, e que a posição do Estado é sempre intermediária, não se encontrando nas posições extremas.

<sup>1/</sup> Tabela BR- 4.1

<sup>2/</sup> Tabela SE- 4.2

Após analisar a evolução da Poupança Corrente, é necessário identificar a sua participação no financiamento das Despesas de Capital. É o que apresenta o quadro abaixo.

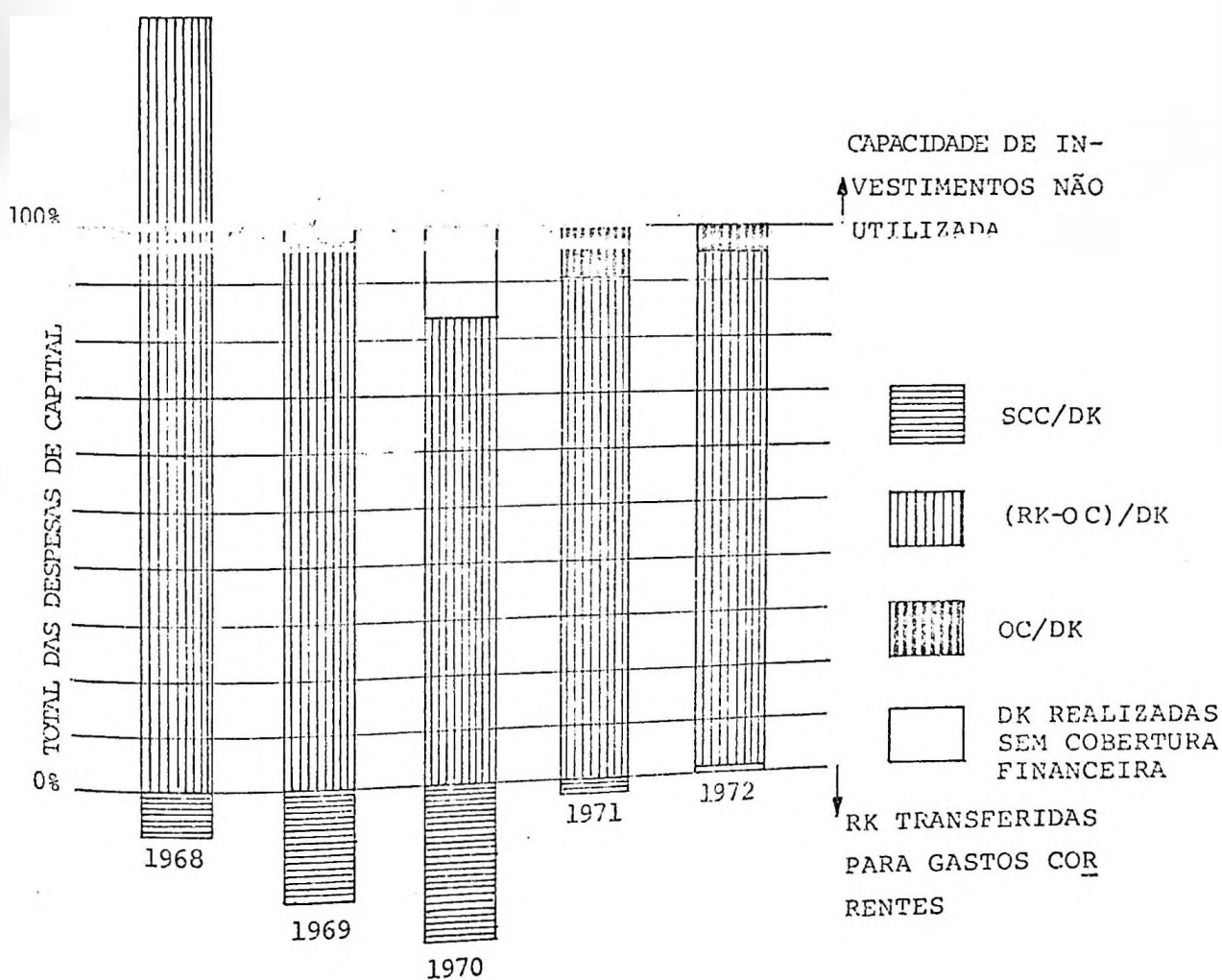
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo em Conta Corrente/ Despesas de Capital:(%)	-7,8	-20,4	-28,0	-2,3	+1,0

É válido concluir que além de não fornecer recursos para o financiamento das Despesas de Capital a Conta Corrente tem absorvido proporções crescentes de recursos de capital no período 1968/70. Em outras palavras, a ausência de poupança corrente tem desviado parcelas crescentes de recursos que potencialmente seriam destinadas a gastos de capital. As estimativas para 1971 e 1972 preveem uma mudança substancial na tendência anterior, mas sua efetivação carece de crédito, em razão do comportamento evidenciado nos anos de execução orçamentária.

Tendo em vista que o Saldo em Conta Corrente é negativo e que no período 1968/70 não foram efetivadas Operações de Crédito, as Receitas de Capital foram a única fonte de financiamento das Despesas de Capital. E dentro das Receitas de Capital, foram as Transferências de Capital que participaram com a maior parcela de recursos, pois no período 1968/72, estas corresponderam em média a 89% das Despesas de Capital.<sup>1/</sup> O quadro abaixo apresenta a relação entre as Transferências de Capital e as Despesas de Capital. Observa-se a grande dependência das Despesas de Capital aos recursos transferidos.

	1968	1969	1970	1971	1972
Transferências de Capital/ Despesas de Capital:(%)	87	78	108	92	79

Em resumo, a capacidade de investimento de Sergipe é fundamentalmente dependente das Receitas de Transferências de Capital, e o Estado não tem capacidade própria para a realização de investimentos já que sua poupança corrente é negativa. O gráfico abaixo apresenta a composição, segundo a origem, dos recursos para financiamento das Despesas de Capital.<sup>1/</sup> É necessário ressaltar que a participação das Transferências de Capital está incluída no item "Receita de Capital" menos "Operações de Crédito" sobre "Despesas de Capital",  $(RK - OC)/DK$ .



<sup>1/</sup> Tabela SE - 4.3

5. O ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

A Dívida de Sergipe é constituída apenas de Dívida Flutuante, não havendo Dívida Fundada Externa, sendo que a Dívida Fundada Interna é de montante insignificante.

Em relação à Receita, a Dívida tem evoluído favoravelmente, diminuindo a proporção, como mostra o quadro abaixo:

	1968	1969	1970
Dívida/Receita (%)	15,9	8,1	13,8
Dívida/Receitas Próprias (%)	25,6	13,8	29,6

O Serviço da Dívida, ou seja, Amortizações e Juros, é de pequenos montantes e de pequena proporção em termos relativos à Receita.

O gráfico nº XVI, apresentado no Anexo I do Vol.14, apresenta a Dívida em relação à Receita, dos Estados nordestinos, da Região Nordeste, e do conjunto dos Estados do País. Sergipe se apresenta como o Estado com menor Dívida em termos relativos à Receita<sup>1/</sup>

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 5.1

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### ESTADO DE SERGIPE

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões. "Estado de Sergipe - considerações sobre o sistema de planejamento estadual". Brasília, 15 a 17/12/1971.
2. Plano de trabalho, objetivando o desenvolvimento integrado do Estado de Sergipe - CONDESE - Aracajú, 1971. 250 p.
3. Orçamentação pública do Estado; exercício de 1972. Lei nº 1.716, de 03 de dezembro de 1971 e Decreto nº 2.187, de 30 de dezembro de 1971. Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracajú, 30 de dezembro de 1971.
4. Incentivos à industrialização de Sergipe; legislação estadual Aracajú, 1971. 50 p.
5. Revista de Finanças Públicas - Cons. Tec. Econ. e Fin. - Ministério da Fazenda - Vols. 290/301.

E - ANEXOS



ANEXO I : O PLANEJAMENTO ESTADUAL

## - O PLANEJAMENTO ESTADUAL EM SERGIPE

### 1 - ANTECEDENTES

1.1 - A SUDENE instalada em 1959, teve entre suas primeiras providências recomendar aos chefes dos executivos estaduais do Nordeste a criação de órgãos de planejamento.

O Governo Sergipano, então, providenciou a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE) que, pelo visto, não foi fruto de uma consciência local da necessidade de planejar as atividades do setor público e promover o desenvolvimento do Estado.

Entretanto, a agência estadual de desenvolvimento, embora tenha passado por uma reestruturação no ano de 1964, ainda não adquiriu, até os dias presentes, as características indispensáveis ao funcionamento de órgão de planejamento estadual na sua acepção mais legítima, quais sejam de dedicar-se precipuamente à pesquisa aplicada, à programação e à estatística.

A consciência dessa situação tem ensejado a adoção por parte dos técnicos e autoridades governamentais de uma atitude mais pragmática diante dos problemas do planejamento no Estado.

O Balanço das ações do CONDESE na administração pública sergipana, certamente, conceder-lhe-á saldo positivo. Sua atuação, embora não se possa qualificar como cientificamente planejadora, evitou o surgimento de estrangulamentos insuperáveis na máquina administrativa do Estado.

Ao assumir encargos executivos que não lhe são próprios, o órgão estadual de planejamento, muito embora se apartando ou se divorciando de suas finalidades, possibilitou a realização de muitas atividades para as quais os demais órgãos da administração pública não estavam tecnicamente capacitados. Nessas condições, muitos programas, de cuja realização o Estado não podia prescindir, foram executados pelo CONDESE, prejudicando sua afirmação como órgão essencialmente planejador do desenvolvimento econômico-social do Estado, porém, efetuando atividades sem as quais muitos setores da economia estadual teriam seu desenvolvimento seriamente comprometido.

Entretanto, a partir de 1967, com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 18 e a Reforma Tributária Nacional, o Estado de Sergipe conseguiu relativo avanço na realização da ação programada. Trata-se da coordenação da aplicação dos recursos, destinados a investimentos, do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, e do Fundo Especial, atra-

vés do Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE). Tal medida evitou, em grande parte, a atomização dos recursos para investimentos, dando condições a que os mesmos deixassem de ser aplicados, de forma desordenada, em obras ou atividades que não estivessem diretamente relacionadas com o desenvolvimento estadual.

Outro fato que poderá ensejar o ingresso do Estado na era do planejamento está consubstanciado no Decreto nº 1980, de 26 de outubro de 1970, que institui o sistema provisório de planejamento, o qual, quando devidamente implementado, dará condições para que tenha-se em Sergipe um verdadeiro mecanismo de planejamento integrado e sistematizado.

1.2 - A primeira tentativa de implementação de um planejamento global e de longo prazo em Sergipe, aconteceu logo após a reestruturação do CONDESE, em 1964, com a elaboração do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo período de execução seria o decênio 1966/1975.

Sua formulação esteve a cargo de um escritório especializado de São Paulo (ASPLAN S.A.) que, à luz de informações estatísticas existentes, diagnosticou a economia estadual tendo, em seguida, estabelecido objetivos sócio-econômicos com vistas a consecução de um desenvolvimento planejado e de longo alcance.

A segunda tentativa de planejamento global em Sergipe se traduziu em um documento denominado Plano de Trabalho, para cobrir o quadriênio 1971/74. Este é precisamente o documento que iremos analisar nos próximos itens.

1.3 a 1.5 - Infelizmente o Plano Decenal não foi posto em prática. Fatores de ordem política contribuíram decisivamente para o seu alijamento. Em se tratando de um elenco de recomendações sugeridas pela técnica, evidentemente que iriam contrariar e mesmo tolher intenções eminentemente políticas e emocionais.

O esforço de implementá-lo como instrumento de ação do Governo foi realizado pelo CONDESE, sem sucesso. Assim mesmo tentou-se selecionar alguns projetos prioritários para o desenvolvimento do Estado que também não frutificaram ante a decisão política de executá-los.

## 2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO PLANEJAMENTO

2.1 - O órgão central do sistema estadual de planejamento é o Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe - CONDESE.

2.2 - A legislação básica é a seguinte:

- Decreto nº 470, de 31 de março de 1965, que cria o CONDESE;
- Lei nº 1277, de 8 de junho de 1964, que reorganiza o CONDESE e dá outras providências;
- Decreto nº 925, de 31 de julho de 1964, Resolução nº 8, de 22 de julho de 1964, que regulamenta o CONDESE;
- Decreto nº 926, de 31 de julho de 1964, que regulamenta o sistema de classificação de cargos e remuneração do CONDESE.

2.3 - O CONDESE é uma autarquia estadual.

2.4 - A organização do Sistema de Planejamento Estadual foi estabelecida, em caráter provisório, pelo Decreto Estadual de número 1.980, de 26 de outubro de 1970, com a finalidade de assessorar o Governo na formulação das diretrizes de desenvolvimento econômico e social.

Desde então passou o CONDESE - Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe - a desempenhar as funções de Órgão Central do Sistema de Planejamento.

Como Órgãos Setoriais desse Sistema, foi constituída, em cada Secretaria de Estado, uma Assessoria Setorial de Planejamento - ASPLAN (organograma em anexo).

2.5 - O CONDESE, como órgão central do Sistema de Planejamento, tem por finalidade assessorar o Governador, coordenando a participação dos demais órgãos do sistema (ASPLAN's), na formulação da política de desenvolvimento do Estado e elaborar, coordenar, acompanhar e controlar a execução dos planos e programas de Governo.

As Assessorias Setoriais de Planejamento, como órgãos setoriais do Sistema, hierarquicamente subordinadas aos Secretários de Estado, compete, sob a coordenação, orientação técnica e controle do Órgão Central:

- a) colaborar com o dirigente de órgão ou entidade, na formulação dos planos, programas, projetos e atividades;
- b) elaborar as propostas parciais de orçamento-programa;
- c) identificar necessidades de alterações na organização existente e promover o seu atendimento em articulação com o Órgão Central do Sistema;

d) identificar as necessidades de treinamento existentes nos órgãos e promover o seu atendimento através do Órgão Central do Sistema;

e) desempenhar as atividades de estatística que forem necessárias, em articulação com o Órgão Central.

Tanto ao órgão central como aos órgãos setoriais do Sistema, cabem o acompanhamento e avaliação dos planos e programas a serem executados pelo Governo; o primeiro, de forma global e os segundos, limitados às atividades específicas do órgão a que está subordinado hierarquicamente.

Este sistema, ainda em implantação no Estado, abrangerá as seguintes atividades, para as quais deverá promover os meios indispensáveis para sua execução de modo coordenado e integrado:

- Análise Conjuntural;
- Elaboração e Avaliação de Planos;
- Documentação e Informação;
- Estatística;
- Programação;
- Orçamento;
- Organização;
- Formação e Treinamento.

### 3 QUADRO ATUAL DE PLANEJAMENTO

#### 3.1 - Aspectos Básicos

O "Plano de Trabalho" do Governo de Sergipe documenta e retrata as linhas de ação que nortearão suas atividades político-administrativas, no período 1971/74.

Elaborado por uma equipe especial de técnicos do CONDESE, o referido documento é muito mais um alinhamento dos investimentos do Governo do Estado para o próximo quadriênio do que mesmo um plano de desenvolvimento.

A sua metodologia de elaboração obedeceu a um esquema prático, onde houve a participação ativa dos diversos órgãos que compõem a administração governamental, através de programações setoriais, como também, o setor privado, que contribuiu com sugestões diversas.

O documento do Governo apresenta em seus capítulos iniciais um diagnóstico da economia em seus aspectos globais, setoriais e espaciais. Esse diagnóstico foi prejudicado pela falta de pesquisas setoriais que mostrassem com profundidade, os problemas apresentados pela realidade sócio-econômica.

Os aspectos espaciais constituem uma abordagem à estratégia espacial e serão analisados no item correspondente. Dos aspectos globais e setoriais extraímos os principais problemas da economia, que seguem abaixo apresentados:

##### a) Problemas Globais

- i) queda acentuada da capacidade de produção e competição do Estado nos anos recentes;
- ii) o desemprego disfarçado prevalecente no meio rural e urbano, tem apresentado uma alarmante tendência a incrementar-se no Estado;
- iii) a maior parte da população sergipana está concentrada no campo, engajada em atividades produtivas de baixo rendimento;
- iv) perda de dinamismo do impulso inicial da indústria sergipana, representada pelas indústrias agro-açucareira, têxtil e alimentares;

v) perda da posição relativa do setor industrial dentro da composição do produto estadual, em virtude da estagnação da indústria têxtil e da agro-indústria do açúcar não ter sido compensada pela contribuição de atividades industriais novas;

vi) a economia sergipana não tem conseguido absorver percentual satisfatório de sua força-de-trabalho;

vii) no setor primário os assalariados temporários são 4 (quatro) vezes superior aos assalariados permanentes. A redução do número de pessoas ocupadas no setor, ao que parece é motivado pela substituição da lavoura pela pecuária extensiva, atividade que demanda pouca mão-de-obra;

viii) o setor secundário não tem conseguido absorver a mão-de-obra que é ofertada no mercado de trabalho no setor;

ix) criação, em grau elevado, de ocupações inúteis e improdutivas no setor terciário como decorrência do constante êxodo rural de mão-de-obra desqualificada para os centros urbanos.

#### b) Problemas Setoriais

i) Estrutura fundiária anacrônica, onde convivem duas formas anti-econômicas de exploração da terra - o latifúndio e o minifúndio, com predominância deste último - tem contribuído para diminuir o inexpressivo nível de produtividade do setor, bem assim para agravar os problemas sociais do campo;

ii) pouca significação econômica das atividades de pesca, embora o Estado possua 163 km de costa;

iii) produção extrativa vegetal decadente. As reservas florestais encontram-se quase totalmente extintas e o reflorestamento não é prática comum no Estado;

iv) as constantes oscilações de produção do setor secundário, com tendência cada vez mais regressiva, demonstram sua incapacidade de auto-expansão;

v) grande participação no setor industrial de pequenas indústrias de simples beneficiamento de produtos agrícolas, funcionando de maneira precária, com baixo nível técnico e completamente dependente das safras e condições de preços vigentes;

vi) a perda do dinamismo do setor industrial do Estado encontra-se estreitamente vinculada à estagnação dos setores tradicionais - açúcar e têxtil. A indústria têxtil e a agro-indústria açucareira participam dos mesmos problemas, quais sejam: obsolescência da maquinária e dependência constante do setor primário e baixa produtividade;

vii) reduzida produtividade do setor terciário, em virtude da absorção pelo setor, de grande parte do excedente da força-de-trabalho nos centros urbanos sob a forma de subemprego. O Governo procura recrutar esse excedente para os seus serviços, objetivando, desta forma, amenizar a marginalização da força-de-trabalho;

viii) baixo nível pedagógico do ensino primário, concorrendo para esta situação, entre outras, a existência de 50% de professores leigos;

ix) falta de localização racional das escolas, o que conduz a situação de salas de aula trabalhando com capacidade ociosa, ao lado de outras com excesso de alunos;

x) elevada taxa de evasão escolar;

xi) condições sanitárias bastante deficientes. Existe insuficiência dos serviços de água e esgotos em todo o Estado;

xii) alta relação entre população e número de médicos;

xiii) alto deficit habitacional;

xiv) transporte ferroviário obsoleto; transporte fluvial efetuado de forma incipiente por pequenos barcos; séria limitação à navegação de cabotagem imposta pelas condições da barra do rio Sergipe, por onde se dá acesso ao porto de Aracaju, que permite a passagem apenas de embarcações de pequeno calado;

xv) é incipiente o consumo de energia elétrica para fins industriais;

xvi) é incipiente a eletrificação rural;

O documento de Governo, por outro lado, menciona o surgimento de novas atividades ligadas, principalmente, à exploração do subsolo sergipano, que viera propiciar a abertura de melhores perspectivas à economia estadual. Essas atividades estão intimamente relacionadas com os seguintes aspectos:

a) exploração e início da produção comercial de petróleo do subsolo sergipano, assim como os inícios de novos campos de produção, inclusive os poços da plataforma submarina, com o conseqüente aumento do nível de emprego no Estado;

b) início da exploração econômica de calcário para fins industriais;

c) melhor conhecimento quantitativo e qualitativo das jazidas minerais do Estado, notadamente salgema e potássio e das suas possibilidades de industrialização.



Uma característica do "Plano de Trabalho" reside no fato dele não dedicar capítulos específicos aos objetivos a serem alcançados e à estratégia geral e setorial a ser adotada. Ao invés, traça as "Linhas de Ação" do Governo, divididas em gerais, específicas e espaciais. Delas tentaremos extrair os objetivos e as estratégias.

Quanto às "Linhas de Ação Espaciais", juntamente com os aspectos espaciais do diagnóstico, se constituem num primeiro passo ao estabelecimento de uma estratégia espacial para o Estado.

Convém, também, destacar que o documento de Governo considera o fato da economia sergipana, em seus aspectos globais, apresentar-se fortemente dependente da aplicação dos instrumentos de política econômica do Governo da União: - "O elevado grau de centralização dos mecanismos do sistema econômico nacional não permitem aos governos estaduais a utilização de diretrizes próprias que importem em modificações significativas no comportamento da economia estadual".

Por último, ressalte-se que "os objetivos do Plano de Trabalho, se alijerçam, em parte, nos planos de desenvolvimento do Governo Federal e no IV Plano-Diretor da SUDENE".

--

### 3.2 - Objetivos e Estratégia Geral

#### 3.2.1 - Objetivos

Nas "Linhas de Ação Gerais" são apontados os seguintes objetivos gerais:

- a) aumento da eficiência e operosidade do Setor Público, tendo em vista a função estratégica pelo mesmo representada para o desenvolvimento;
- b) ampliação dos serviços de infra-estrutura econômica e social;
- c) elevação da taxa de emprego e do padrão-de-vida do sergipano;
- d) capacitação da força-de-trabalho com vistas ao atendimento das necessidades dos setores produtivos.

Por outro lado, as "Linhas de Ação Específicas", que se subdividem em linhas de ação do setor primário, secundário e terciário, apresentam os objetivos e a estratégia setorial intimamente relacionados, ocorrendo mesmo em alguns tópicos (setor terciário) a ausência da estratégia setorial definida. Por essa razão os objetivos setoriais e a estratégia setorial são apresentadas no item pertinente.

### 3.2.2 - Estratégia Geral

A estratégia geral foi extraída das "Linhas de Ação Gerais" e indica a orientação que o Governo Estadual dará, em termos globais, à sua política de desenvolvimento integrado.

Resumidamente, essa orientação é a seguinte:

a) a ação do Governo no setor agropecuário deverá estar concentrada no aumento da produtividade, mediante uma melhor e mais racional utilização dos fatores. Deverá caber, também, ao setor agropecuário a função de absorver parte ponderável do excedente da força-de-trabalho prevalecente;

b) o Governo empreenderá esforços no sentido de dinamizar o setor industrial, administrando incentivos fiscais e financeiros, bem assim orientando o empresariado para utilização industrial da mão-de-obra e matérias-primas preponderantemente locais;

c) como tarefa prioritária deverá efetuar-se a consolidação e fortalecimento da infra-estrutura econômica e social (Energia, Transportes, Comunicações, Habitação, Saúde e Educação);

d) implementação do sistema de planejamento e orientação dos investimentos públicos e privados, de maneira a evitar-se a dispersão de aplicações e assegurar níveis adequados de investimentos nos setores prioritários;

e) ação junto a iniciativa privada visando a integrar os empresários, definitivamente, no processo de desenvolvimento econômico ao nível estadual, através da prestação de assistência técnica co-administrativa;

f) racionalização da administração pública em todos os níveis. Neste caso, o instrumento mais importante será a reforma administrativa;

g) a fim de diminuir o número de desempregados e subempregados existentes em Sergipe, será dado tratamento prioritário à diversificação das atividades econômicas, assim como incentivada a implantação de pequenas e médias empresas industriais e agrícolas. O artesanato será protegido;

h) as pesquisas tecnológicas e de recursos naturais, e os estudos de mercados merecerão cuidados especiais.

Um aspecto do "Plano de Trabalho" que deve ser ressaltado é o fato de ele, embora timidamente, tentar uma abordagem espacial dos problemas do Estado, que deverá estar em relativa correspondência com as soluções programadas setorialmente.

Então, visando diminuir a atomização de recursos, o Estado deverá concentrar sua atuação em parcelas do território onde, conhecidas as vantagens comparativas, seja menor o custo-oportunidade e possa ser obtido maior benefício social nos empreendimentos. São as chamadas áreas-programa.

Provisoriamente, até que estudos mais aprofundados possam definir com maior precisão as diretrizes espaciais do Estado, são indicadas as seguintes áreas para atuação em diferentes setores:

a) Vale do Japarutuba - Antiga reivindicação de estudiosos da economia sergipana, visando a realização de experiências de colonização, bem assim o aproveitamento racional das potencialidades locais. Nesta região são desenvolvidas várias atividades agrícolas importantes;

b) Região-Programa de Itabaiana (Microrregião 5) - Esta região tem como sede o Município Modelo de Itabaiana, considerado o celeiro do Estado. Logo, os programas agrícolas já iniciados na área devem ter continuidade e novos programas implementados, com vistas a fortalecer a economia estadual sem os riscos da dispersão e contando com a experiência da população e vocação natural das terras;

c) Município de Salgado - Destinado a transformar-se em estância hidromineral, em virtude de possuir fonte de boa água mineral e outras características que recomendam a transformação;

d) Município de São Cristóvão - Onde está localizada a antiga Capital do Estado, conhecida como cidade-monumento de Sergipe, em virtude de sua arquitetura colonial de rara beleza artística e histórica. É o maior centro de atração turística do Estado;

e) Zona Citrícola (Araúá, Buquim, Pedrinhas e Riachão do Dantas) - Esta região dá a Sergipe a posição de maior produtor de laranjas do Nordeste. Já foram realizados estudos na área. Existe uma unidade industrial de beneficiamento de laranja;

f) Baixo São Francisco - Área propícia à irrigação, onde é promissora a cultura do arroz, dependendo de estudos e tratos culturais mais adequados.

É nas "Linhas de Ação Espaciais" que o documento de Governo delinea os primeiros passos de sua estratégia espacial, considerando o critério de divisão em Microrregiões Homogêneas adotado pelo IBGE:

a) destinações de recursos para o desenvolvimento das municipalidades interioranas, dentro da preocupação de reverter a tendência de descapita-

lização do interior, com o que se estará, também, contribuindo para obter o deslocamento da população para os centros urbanos mais populosos;

b) a seleção de áreas para a ação programada deverá ser observada, a fim de conferir maior racionalidade aos investimentos públicos e privados. Assim, as bacias hidrográficas, os vales úmidos, as zonas propícias à irrigação deverão merecer uma atenção especial.

### 3.3 - Estratégia Setorial e Prioridades

#### 3.3.1 - Estratégia Setorial

Dentro da subdivisão das "Linhas de Ação Específicas", conforme já mencionado, o documento do Governo define a estratégia setorial para os setores primário, secundário e terciário. No documento de Governo são, também, detalhados as metas setoriais, que apresentamos em anexo.

Resumidamente, a estratégia setorial é a seguinte:

##### a) Setor Primário

A estratégia no setor orientar-se é no sentido de alcançar os seguintes objetivos:

- i) aumento da produção das culturas alimentares;
- ii) racionalização e aumento da produtividade das culturas industriais;
- iii) desenvolvimento da pecuária;
- iv) aumento da oferta de produtos avícolas;
- v) estudos visando ao desenvolvimento da pesca; e
- vi) implantação de culturas irrigadas.

As principais providências a serem tomadas, com vistas à consecução dos objetivos são:

##### I - Aumento da Produção das Culturas Alimentares

Para alcançar este primeiro grande objetivo dever-se-ão observar os seguintes procedimentos:

- i) racionalização da comercialização e armazenagem;
- ii) atividades de promoção visando à utilização de sementes selecionadas, práticas de adubação, tratamento fitossanitário, tratamentos culturais e processos de conservação adequados;

- iii) pesquisa e experimentação voltadas, preferencialmente, para as culturas alimentares mais comuns no Estado; e
- iv) difusão do crédito rural orientado.

## II - Racionalização e Aumento da Produtividade das Culturas Industriais

Os principais instrumentos, a serem utilizados para o atingimento desse segundo grande objetivo, serão os mesmos mencionados linhas atrás, quando se tratou das culturas alimentares.

Deve-se, por outro lado, levar em consideração as peculiaridades de cada uma das principais culturas industriais do Estado: côco, cana-de-açúcar, algodão e fumo.

## III - Desenvolvimento da Pecuária

Para justificar este objetivo apresentam-se as seguintes considerações:

- i) a carência de produtos de origem animal no Estado é suprida pela importação desses produtos, de outras áreas, principalmente do Centro-Sul do País;
- ii) Sergipe tem demonstrado, através das atividades de alguns dos seus criadores, grandes perspectivas de desenvolvimento da sua pecuária.

Em virtude de ser a pecuária uma atividade de baixo emprego da mão-de-obra e de elevada participação do fator terra, dever-se-á fomentar seu desenvolvimento, especialmente, nas áreas de pequena densidade demográfica.

## IV - Aumento da Oferta de Produtos Avícolas

Este objetivo é justificado pelas considerações que se seguem:

- i) a avicultura é uma atividade de grande importância para as regiões de baixo padrão alimentar; e
- ii) verifica-se, em Sergipe, crescente importação de produtos avícolas do Sul do País.

## V - Estudos visando ao Desenvolvimento da Pesca

Consideram-se os seguintes aspectos para justificar este objetivo:

- i) um Estado que tem mais de 160 km de costa e oferta insuficiente de alimentos protéicos, não pode deixar de explorar, racional e convenientemente, a pesca;

- ii) existe considerável número de pessoas que, atualmente, se dedicam às atividades pesqueiras, no Estado.

Deverão proceder-se a estudos para quantificar as potencialidades pesqueiras de Sergipe.

#### VI - Implantação de Culturas Irrigadas

O aumento da produtividade das culturas, quando submetidas à irrigação, é plenamente reconhecido. Assim, este grande objetivo deverá merecer atenção especial, inclusive, porque contribuirá para o alcance de outros objetivos estabelecidos.

##### b) Setor Secundário

A estratégia no setor orientar-se-á no sentido de alcançar os seguintes objetivos:

- i) recuperação e dinamização da indústria existente;
- ii) expansão e diversificação do parque industrial;
- iii) regionalização programada do desenvolvimento industrial;
- iv) elevação do nível tecnológico das empresas; e
- v) fomento ao artesanato.

Os procedimentos recomendados para se alcançar cada um dos objetivos são discriminados a seguir:

#### I - Recuperação e Dinamização da Indústria Existente

Citam-se as seguintes providências que deverão ser observadas para atingir-se este grande objetivo:

- i) realização de estudos e projetos integrados de recuperação e dinamização da agro-indústria açucareira e da indústria têxtil;
- ii) prestação de assistência técnica e financeira à pequena e média empresa industrial.

#### II - Expansão e Diversificação do Parque Industrial

Para esse objetivo indicam-se as seguintes providências:

- i) realização de estudos e pesquisas setoriais de ramos da indústria que se afigurem promissores.

Em caráter prioritário:

- aproveitamento integral do côco;
- aproveitamento dos produtos da pecuária, através de programas de desenvolvimento das indústrias: de laticínios, de beneficiamento de carne, de calçados e de artefatos de couro;

- ii) realização de estudo de viabilidade econômica e planos, com vistas ao aproveitamento industrial das riquezas minerais do subsolo sergipano;
- iii) continuação das obras de implantação do DIA - Distrito Industrial de Aracaju;
- iv) adequação e integração dos sistemas de incentivos fiscais e financeiros, estaduais e federais, através de mecanismo racional de promoção industrial.

### III - Regionalização Programada do Desenvolvimento Industrial

Implantação de escritórios regionais de desenvolvimento industrial, para o levantamento das potencialidades das áreas e promoção do seu aproveitamento racional.

### IV - Fomento ao Artesanato

Cabe às autoridades governamentais a proteção das atividades artesanais, em virtude do caráter de amparo social que essa medida representa, e bem assim pelas possibilidades de transformação futura das oficinas artesanais em pequenas e médias empresas industriais.

#### c) Setor Terciário

A estratégia do Governo para o Setor de Prestação de Serviços estão distribuídas, dentre os vários subsetores, na seguinte ordem de prioridade: Educação, Saúde, Saneamento Básico, Energia Elétrica, Transporte, Comunicação e Habitação. A seleção desses subsetores está relacionada com a estreita vinculação que os mesmos mantêm com os setores reprodutivos da economia.

##### i) Educação

Para esse subsetor a estratégia é a seguinte:

- aumentar a matrícula para o ensino primário e médio no Estado, através da utilização da capacidade ociosa observada em diversos estabelecimentos escolares, recuperação dos prédios existentes e construção, quando necessário, de novas unidades;
- melhorar e aperfeiçoar o magistério primário, através de cursos intensivos para professores leigos, e recrutamento de professores com formação pedagógica;
- aperfeiçoamento profissional do pessoal docente do nível médio;

- dar especial atenção ao ensino médio profissional, destacadamente o comercial e o pedagógico;
- racionalizar o sistema educacional por meio de melhoria dos serviços de coordenação e supervisão;
- manter e ampliar os serviços de alfabetização de adultos.

Objetiva-se ampliar em todo o Estado o nível de escolarização primária e média, e condicionar a que o ensino médio habilite realmente o indivíduo a ingressar imediatamente em atividade produtiva, ou tenha condições de prosseguir, em qualquer época, um aprendizado de maior escalão.

#### ii) Saúde

O atual nível de saúde da população sergipana e, por outro lado, a persistente limitação de recursos humanos e materiais, à disposição desse sub-setor, determinaram a necessidade de tornar mais objetivas as diretrizes da política de saúde a ser realizada no Estado.

Inserido dentro do espírito da Reforma Administrativa que procura dar ao sub-setor uma diretriz mais consistente, racional e integrada, a estratégia desse campo específico de atividade está assim delineada:

- melhoria dos serviços de saúde no Estado, pela intensificação do combate às moléstias transmissíveis e degenerativas;
- diminuição do deficit de leitos hospitalares existente no Estado;
- integração regional dos serviços de saúde, mediante o fortalecimento dos hospitais regionais, de forma a permitir mais eficiente atendimento a todos os moradores da região;
- desenvolvimento de programas de educação sanitária, objetivando o fortalecimento das medidas de prevenção e combate às doenças;
- assistência materno-infantil às classes de baixa renda, em áreas prioritárias do Estado.

#### iii) Saneamento Básico

A ação do setor público será dirigida visando atender aos seguintes objetivos:

- implantação racional de sistemas de abastecimento d'água em todas as sedes municipais;
- ampliação dos sistemas existentes, com a finalidade de permitir a sua utilização por maior número possível de consumidores;
- estudos preliminares das necessidades e condições de ampliação da rede de esgotos sanitários da cidade de Aracaju.



#### iv - Energia Elétrica

Sendo Sergipe um dos Estados do Nordeste mais bem servido com energia elétrica, a estratégia do Governo será orientada para o fortalecimento e ampliação da rede energética estadual. Pretende-se, assim, garantir a sua utilização por um número cada vez maior de consumidores; atendimento imediato dos povoados ainda não eletrificados; e extensão dessa infra-estrutura à zona rural, principalmente sob a forma de cooperativas de eletrificação, a fim de melhormente aproveitar-se o potencial de produção da região.

Paralelamente, tentará o Governo obter uma fórmula eficaz para a fusão das diversas empresas de distribuição existentes no Estado, no sentido de fortalecer, técnica e administrativamente, o desenvolvimento das atividades das mesmas.

#### v - Transporte e Comunicação

O objetivo fundamental das diretrizes da política de transporte e comunicação é garantir ao Estado uma infra-estrutura adequada, eficiente e integrada, das várias modalidades de transportes e sistemas de comunicações.

A estratégia do Governo Estadual, neste sentido, está consubstanciada em expandir, modernizar e racionalizar este tipo de infra-estrutura econômica, levando-se em consideração, para tal fim, o apoio do Governo Federal.

#### vi - Habitação

Ao lado do desenvolvimento econômico, a execução de programas habitacionais constitui fator de progresso social e de expansão do nível de empregos. Por estar este subsetor vinculado à política nacional traçada pelo BNH, a estratégia do Governo de Sergipe consistirá em:

- criar condições e promover os meios necessários para que a oferta habitacional se aproxime, o mais possível, das necessidades de habitações exigidas pela população do Estado.

#### 3.3.2 - Prioridades

Para efeito de análise das prioridades os diversos setores foram agrupados em Atividades-Meio, Infra-Estrutura Social e Física e Setores Produtivos. Destes, sobressaem-se a Infra-Estrutura Social e a Infra-Estrutura Física, representando respectivamente, 51,2% e 35,7% dos investimentos totais no período do plano. As Atividades-Meio e Setores Produtivos são destinados, res

pectivamente, 1,9% e 11,2% dos investimentos totais. Isoladamente, o Setor de Habitação (25,6%), Setor de Transportes (26,8%), Setor de Saneamento (12,1%) e Setor de Educação (10,5%) são os itens mais significativos quanto à destinação dos recursos.

São os seguintes os investimentos globais e as percentagens por setor no período 1971/74:

	Cr\$ MIL A PREÇOS DE 1971	%
<u>Atividades-Meio</u>	<u>6 680</u>	<u>1,9</u>
Reforma Administrativa	6 680	1,9
<u>Infra-Estrutura Social</u>	<u>185 300</u>	<u>51,2</u>
Educação	38 145	10,5
Saúde	11 072	3,0
Saneamento	43 583	12,1
Habitação	92 500	25,6
<u>Infra-Estrutura Física</u>	<u>129 206</u>	<u>35,7</u>
Energia	31 986	8,8
Transportes	96 920	26,8
Comunicações	300	0,1
<u>Setores Produtivos</u>	<u>40 720</u>	<u>11,2</u>
Agricultura e Abastecimento	18 082	5,0
Indústria	19 688	5,4
Recursos Naturais	2 950	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>361 906</b>	<b>100,0</b>

### 3.4 - Instrumentos

Dentre os instrumentos de que o Governo dispõe para a implementação de sua política de desenvolvimento integrado, o "Plano de Trabalho" faz referência explícita no capítulo Diretrizes Básicas para a Execução do Plano ao sistema administrativo e ao sistema de arrecadação, definindo as diretrizes básicas para o quadriênio:

i - elevar a capacitação dos órgãos diretamente responsáveis pela execução dos programas prioritários e criar novos instrumentos administrativos para garantir a viabilidade do Plano;

ii - dispensar atenção especial aos assuntos fazendários, visando a maior eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação, através de uma legislação adequada, modernização do equipamento e treinamento de pessoal, a fim de assegurar maior disponibilidade de recursos.

Neste mesmo capítulo traça as diretrizes específicas, definindo a competência do órgão central de planejamento - CONDESE, das Secretarias de Estado e de todos os órgãos vinculados ao Governo do Estado.

A implementação do sistema de planejamento faz parte mesmo da estratégia geral.

O Orçamento Geral do Estado é também considerado um instrumento de execução (em anexo apresentamos uma breve análise da situação de orçamento no Estado).

### 3.5 - Programas e Projetos Prioritários

O "Plano de Trabalho" não faz referência explícita a quais sejam os programas e projetos prioritários. Contudo, em anexo apresentamos todos os programas por setores.

### 3.6 - Esquema Financeiro do Plano

O atendimento dos objetivos contidos no "Plano de Trabalho" irá requerer, no quadriênio 1971/74, investimentos no montante Cr\$ 361.906,00, assim discriminados por setores de atividade econômica:

Valor em Cr\$1.000,00

Discriminação	Custo Total	Custo Anual			
		1971	1972	1973	1974
<b>Infra-Estrutura Econômica</b>					
- Energia	31.950	9.260	7.315	7.295	8.115
- Transportes	98.920	29.520	27.490	24.310	21.600
- Comunicações	300	300	-	-	-
Agricultura e Abastecimento	18.092	2.972	4.070	5.250	5.990
Indústria	19.682	6.118	3.900	4.560	5.110
Recursos Naturais	2.950	250	900	950	350
<b>Infra-Estrutura Social</b>					
- Educação	38.145	6.348	9.411	9.598	12.788
- Saúde	11.072	1.791	4.265	3.578	1.440
- Saneamento	43.583	3.723	13.410	14.060	12.390
- Habitação	92.500	10.320	18.580	26.000	37.600
Reforma Administrativa	6.680	1.190	1.940	1.650	1.700
<b>TOTAIS</b>	<b>361.906</b>	<b>65.792</b>	<b>91.279</b>	<b>97.252</b>	<b>107.533</b>

Tal cifra, aos preços de 1971, compreende os investimentos a serem empreendidos diretamente pelo Governo Estadual, sendo o seu financiamento realizado por intermédio de recursos próprios do Estado, dos auxílios e concessões do Governo Federal e mediante o estabelecimento de acordos e convênios com entidades nacionais e estrangeiras.

Conforme pode-se observar no Quadro 1 que se segue, 42,7% dos recursos necessários para a cobertura do custo total dos programas será coberto pelo Estado, ficando os 57,3% restantes para serem supridos com recursos originários do Governo Federal e de entidades internacionais. Observe-se a grande participação do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo Especial nos recursos estaduais.

O documento do Governo não faz projeção da receita para o período por ele abrangido.

QUADRO 1  
ESQUEMA DE FINANCIAMENTO POR SETORES DE  
ATIVIDADE ECONÔMICA

(Valor em Cr\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO TOTAL	%	1971	%	1972	%	1973	%	1974
ESTADO	154 514	42,69	28 284		39 205		41 126		45 899
Fundo de Partic. dos Estados	44 136	12,20	8 318		11 672		11 516		12 630
Fundo Especial	69 501	19,20	11 700		15 910		19 115		22 776
Estado	1 250	0,35	150		310		380		410
Imposto Único sobre E.F.	7 695	2,13	2 250		1 650		1 815		1 980
Part. no valor do Petróleo Bruto	19 500	5,39	4 000		4 500		5 000		6 000
Outros Recursos	12 432	3,44	1 866		5 163		3 300		2 103
OUTRAS FONTES	207 392	57,30	37 508		52 074		56 126		61 684
Especificadas	166 442	45,99	30 528		38 279		46 586		51 049
Não Especificadas	40 950	11,31	6 980		13 795		9 540		10 635
TOTAL	361 906	100,00	65 792		91 279		97 252		107 583

METAS SETORIAIS

- o Energia Elétrica
  - a. eletrificação de todas as sedes municipais ainda carentes desse serviço básico;
  - b. eletrificação de 32 povoados, ampliando assim a oferta de energia elétrica no Estado, o que, por certo, facilitará a expansão das atividades econômicas dessas regiões;
  - c. eletrificação das zonas rurais do Estado, permitindo o emprego de energia elétrica às atividades produtivas do campo e, por conseguinte, levando ao agricultor maiores benefícios sociais, fortalecendo, assim, o seu trabalho;
  - d. reforma e ampliação dos sistemas de energia elétrica das cidades possuidoras dessa infraestrutura, concorrendo assim para a melhoria das condições sociais de seus habitantes.
- o Transportes
  - a. modernização e especialização da estrutura de transportes no Estado;
  - b. construção de 239 km de novos rodovias;
  - c. melhoramento e pavimentação de 269 km de estradas;
  - d. recuperação do transporte marítimo, através da abertura da Barra de acesso ao Porto de Aracaju.
- o Comunicações
  - a. gestões junto ao Governo Federal para implantação de sistemas de micro-ondas ligando todo o Estado ao restante do País.
- o Agricultura e Abastecimento
  - a. fortalecimento do setor primário, através de atuação direta nesse setor;
  - b. transformação da agricultura tradicional mediante mudança de métodos de produção, utilização mais intensa de insumos modernos e assistência permanente ao homem do campo;
  - c. produção e distribuição de 550 mil mudas de café, 500 mil mudas de citrus e 420 mil mudas de milho, feijão e algodão, objetivando a melhoria da qualidade dessas culturas e intensificação de sua produção;
  - d. introduzir 220 reprodutores e 1.400 matrizes de alta linhagem e realizar 4.500 inseminações artificiais;
  - e. dinamização das culturas hortigranjeiras no Estado, possibilitando uma maior oferta desses produtos;
  - f. expansão das facilidades de crédito aos pequenos e médios agricultores do Estado;
  - g. fortalecimento do poder de compra da população rural, através de um melhor sistema de comercialização para os produtos primários;
  - h. expansão e desenvolvimento do cooperativismo no Estado, a fim de permitir a utilização mais adequada dos recursos produtivos disponíveis;
  - i. colonização das áreas que ainda não estejam integradas ao processo produtivo.
- o Indústria
  - a. recuperação da indústria têxtil do Estado, através da modernização de sua maquinaria;
  - b. dinamização da agro-indústria açucareira do Estado, com a construção de usinas centrais que permitam a ampliação da capacidade produtiva e o alcance das cotas anuais fixadas pelo IAA;
  - c. assistência técnica e financeira à Pequena e Média Indústria do Estado, visando à sua recuperação e melhoria da produtividade;
  - d. implantação definitiva do Distrito Industrial de Aracaju, de forma a conduzir a expansão e diversificação do parque industrial sergipano e aumentar a oferta de empregos do setor;
  - e. participação no capital de empresas industriais que se venham implantar no Estado, aumentando assim a capacidade de investimento do setor privado;
  - f. distribuir mais homogêneo o esforço de desenvolvimento entre todos os pólos dinâmicos do Estado, diminuindo assim os desequilíbrios regionais existentes.
- o Educação
  - a. elevação da capacidade do ensino primário no Estado, visando ao atendimento, até o fim do período do Plano, do total da população em idade escolar;
  - b. construção de 400 salas de aula, de forma a permitir 32.000 novas matrículas no ensino primário estadual;
  - c. duplicação da oferta de matrículas no ensino médio, através da construção de novos ginásios e do aproveitamento da capacidade ociosa dos já existentes;
  - d. atendimento com merenda escolar de todas as crianças matriculadas no ensino primário;
  - e. melhoria da qualidade do ensino primário e de nível médio, através do treinamento e da especialização de seus professores;
  - f. melhoria do equipamento administrativo educacional do Estado;
  - g. recuperação e reequipamento de 1.200 salas de aula;
  - h. construção da Biblioteca Pública e do Museu de Artes do Estado;
  - i. construção de Ginásio Polivalente em Aracaju, objetivando implantar em Sergipe o ensino vocacional;
  - j. estímulo às iniciativas culturais e artísticas e sua difusão popular.

- o Recursos Naturais
  - a. aumento do potencial de conhecimentos sobre a estrutura pedológica e hidrogeológica do Estado;
  - b. levantamento completo das riquezas minerais do Estado e determinação do seu potencial quantitativo e qualitativo;
  - c. mapeamento dos recursos geo-hidroológicos do Noroeste do Estado;
  - d. reequipamento do Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe;
  - e. identificação do potencial qualitativo e quantitativo dos recursos pesqueiros existentes em Sergipe.
- o Saúde
  - a. construção do Hospital dos Servidores do Estado de Sergipe;
  - b. aumento da oferta de leitos hospitalares no Estado, através do fortalecimento dos Hospitais da Capital e do Interior;
  - c. recuperação do Hospital Psiquiátrico "Dr. Adauto Botelho";
  - d. recuperação das Unidades Sanitárias existentes na Capital e no Interior do Estado;
  - e. construção do Pavilhão de Doenças Mentais Crônicas;
  - f. equipamento e reequipamento de todas as Unidades de Saúde existentes no Estado;
  - g. aumento da oferta de serviços médico-hospitalar e médico-sanitários para a população do Estado.
- o Saneamento
  - a. implantar sistemas de abastecimento d'água em 48 cidades do Interior sergipano, que ainda não gozam dos benefícios propiciados por essa infra-estrutura;
  - b. reforçar a rede de abastecimento d'água das cidades que já dispõem desse serviço;
  - c. ampliar o sistema de esgotos sanitários de Aracaju, atendendo a oferta desse serviço básico a toda a população do Município.
- o Habitação
  - a. construção de 7.000 unidades habitacionais no Estado de Sergipe;
  - b. financiar aquisições de unidades habitacionais para os servidores estaduais possuidores de baixas rendas.
- o Reforma Administrativa
  - a. dotar todos os órgãos da Administração de estrutura convenientemente adequada para o perfeito desenvolvimento de suas atividades;
  - b. equipar os órgãos da administração estadual para maior operosidade dos mesmos;
  - c. intensificar a política de treinamento e especialização de pessoal técnico e administrativo, mediante a concessão de bolsas de estudos e realização de cursos de formação e aperfeiçoamento profissional.

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
Cr\$ milhões correntes

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOT. I.		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 9 6 8	28,6	68,8	13,0	31,2	41,6	100,0	29,3	76,5	9,0	23,5	38,3	100,0
1 9 6 9	33,6	57,0	25,4	43,0	59,0	100,0	38,0	63,8	21,6	36,2	59,6	100,0
1 9 7 0	44,1	61,9	27,1	38,1	71,2	100,0	50,9	67,7	24,3	32,3	75,2	100,0
1 9 7 1	62,4	60,9	40,1	39,1	102,5	100,0	63,3	61,8	39,2	38,2	102,5	100,0
1 9 7 2	72,8	54,2	61,4	45,8	134,2	100,0	72,2	53,8	62,0	46,2	134,2	100,0
MÉDIA (*) 68/72	-	60,6	-	39,4	-	100,0	-	64,7	-	33,3	-	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (\*) - Média simples



RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972\*

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
	1 9 6 8	56,1	25,5	81,6	57,5	17,6
1 9 6 9	54,6	41,3	95,9	61,8	35,1	96,9
1 9 7 0	59,8	36,8	96,6	69,1	33,0	102,1
1 9 7 1	69,8	44,9	114,7	70,8	43,8	114,6
1 9 7 2	72,8	61,4	134,2	72,2	62,0	134,2

FONTE: Tabela 1.1

(\*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A												
	CORRENTE			CAPITAL			TOTAL			CORRENTE			CAPITAL			TOTAL			
	ÍNDICE	Δ %		ÍNDICE	Δ %		ÍNDICE	Δ %		ÍNDICE	Δ %		ÍNDICE	Δ %		ÍNDICE	Δ %		
1 9 6 8	100	-	100	100	-	100	-	100	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100
1 9 6 9	97	- 2,7	162	118	+ 17,5	118	+ 17,5	107	107	+ 7,5	199	+ 99,4	129	+ 29,0	129	+ 29,0	129	+ 29,0	129
1 9 7 0	107	+ 9,5	144	118	+ 0,7	118	+ 0,7	120	120	+ 11,8	188	- 6,0	136	+ 5,4	136	+ 5,4	136	+ 5,4	136
1 9 7 1	124	+ 16,7	176	141	+ 18,7	141	+ 18,7	123	123	+ 2,5	249	+ 32,7	153	+ 12,2	153	+ 12,2	153	+ 12,2	153
1 9 7 2	130	+ 4,3	241	164	+ 17,0	164	+ 17,0	126	126	+ 2,0	352	+ 41,6	179	+ 17,1	179	+ 17,1	179	+ 17,1	179

FONTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SUCUMIDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correíes

ANO	RECEITA		RECEITAS				PRÓPRIAS				TRANSFERÊNCIAS					
	TOTAL		I C M		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		OUTRAS		TOTAL		CORRENTES		CAPITAL		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	41,6	100,0	19,0	45,7	-	-	7,0	16,8	26,0	62,5	7,8	18,8	7,8	18,7	15,6	37,5
1969	59,0	100,0	24,4	41,4	-	-	10,5	17,8	34,9	59,2	7,2	12,2	16,9	28,1	24,1	40,8
1970	71,2	100,0	28,3	39,7	-	-	4,8	6,8	33,1	46,5	11,8	16,6	26,3	36,9	38,1	53,5
1971	102,5	100,0	32,4	31,6	3,7	3,6	4,7	4,6	40,8	39,8	25,8	25,2	35,9	35,1	61,7	60,2
1972	134,2	100,0	42,0	31,3	3,1	2,3	14,8	11,0	59,9	44,6	25,1	18,7	49,2	36,7	74,3	55,4
MDIA(*) 3/72	-	100,0	-	37,9	-	1,2	-	1,4	-	50,5	-	18,3	-	31,3	-	49,5

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SECUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972\*

ANO	RECEITA		RECEITAS PRÓPRIAS						TRANSFERÊNCIAS							
	TOTAL		I C M		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		OUTRAS		TOTAL		CORRENTES		CAPITAL		TOTAL	
	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%
68	81,6	-	37,3	-	-	-	13,7	-	51,0	-	15,3	-	15,3	-	30,6	-
69	95,9	17,5	39,7	6,4	-	-	17,0	24,1	56,7	11,2	11,7	-23,5	27,5	79,7	39,2	28,1
70	96,6	0,7	39,4	-0,8	-	-	6,5	-11,8	44,9	-20,8	16,0	36,8	35,7	29,8	51,7	31,9
71	114,7	18,7	36,2	-8,1	4,1	-	5,3	-18,5	45,6	1,6	28,9	80,6	40,2	12,6	69,1	33,7
72	134,2	17,0	42,0	16,0	3,1	-24,4	14,8	179,3	59,9	31,4	25,1	-13,2	49,2	22,4	74,3	7,5

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (\*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SEGUNDA A ORIGEM

(Cr\$ milhões corrigidos)

Receita Total = 100,0 %

A N O	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	15,0	36,1	-	-	15,0	36,1	0,6	1,4	15,6	37,5
1969	14,3	24,2	9,0	15,3	23,3	39,5	0,8	1,4	24,1	40,9
1970	14,3	20,1	11,8	16,6	26,1	36,7	12,0	16,8	38,1	53,5
1971	18,0	17,6	12,0	11,7	30,0	29,3	31,7	30,9	61,7	60,2
1972	23,5	17,5	18,6	13,9	42,1	31,4	32,2	24,0	74,3	55,4
MÉDIA (*) 68/72	-	23,1	-	11,5	-	34,6	-	14,9	-	49,5

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" \*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	93,09	-	58,18	-	34,91	-
1969	107,44	+15,4	63,52	+ 9,2	43,92	+ 25,8
1970	106,00	- 1,3	49,27	-22,4	56,73	+ 29,2
1971	123,64	+16,6	49,26	0,0	74,38	+ 31,1
1972	142,15	+15,0	63,45	+28,8	78,70	+ 5,8

FONTE: Tabela 2.2

(\*) - População - Veja termos de referência do trabalho

## DEMONSTRATIVO SEGUNDO CATEGORIAS ECONOMICAS

3.1

Cr\$ milhões: correntes

ANO	D E S P E S A S										
	C O R R E N T E S			D E S P E S A S			CAPITAL		TOTAL		
	PESSOAL		OUTRAS	SUB-TOTAL		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
	VALOR	%		VALOR	%						
1968	13,9	36,3	15,4	40,2	29,3	76,5	9,0	23,5	38,3	100,0	
1969	18,6	31,2	19,4	32,6	38,0	63,8	21,6	36,2	59,6	100,0	
1970	28,1	37,4	22,8	30,3	50,9	67,7	24,3	32,3	75,2	100,0	
1971	31,5	30,7	31,8	31,1	63,3	61,8	39,2	36,2	102,5	100,0	
1972	40,0	29,8	32,2	24,0	72,2	53,8	62,0	46,2	134,2	100,0	
MÉDIA * 68/72	-	33,1	-	31,6	-	64,7	-	35,3	-	100,0	

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

## DEMONSTRATIVOS SECUNDOS AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões : e 1972 (\*)

A N O	D E S P E S		C A P I T A L	T O T A L
	C O R R E N T E S	S U M - T O T A L		
	P E S S O A L	O U T R A S		
1968	27,3	30,2	17,6	75,1
1969	30,2	31,6	35,1	96,9
1970	38,1	30,9	33,0	102,0
1971	35,2	35,6	43,8	114,6
1972	40,0	32,2	62,0	134,2

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.



DESPESA SEGURANÇA E FUNÇÕES

Cr\$ milhões constantes

S E  
3.3

ANEXO	FUNÇÕES												TOTAL					
	GOV. ADM. GERAL E FIN.		RECURSOS NAT. e AGROPECUÁRIOS		VIAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		EDUCAÇÃO E CULTURA		DEFESA E SEGURANÇA		SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS		BEM ESTAR SOCIAL		VALOR	%
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
8	19,0	49,6	1,7	4,4	2,4	6,3	0,1	0,3	4,5	12,0	-	1,5	3,9	9,0	23,5	38,3	100,1	
9	25,6	43,0	7,5	12,6	3,0	5,0	0,2	0,3	5,5	9,4	4,1	1,8	3,0	11,8	19,8	59,6	100,	
0	34,1	45,4	1,1	1,5	4,6	6,1	0,2	0,3	10,7	14,2	7,6	2,2	2,9	14,7	19,5	75,2	100,	
1	37,2	36,3	3,2	3,1	17,0	16,6	0,3	0,3	18,2	17,8	7,9	3,6	3,5	15,1	14,7	102,5	100,	
2	64,5	48,1	2,7	2,0	25,2	18,8	0,1	0,1	22,7	16,9	10,6	6,5	4,8	1,9	1,4	134,2	100,	
TA (*)	-	44,4	-	4,7	-	10,6	-	0,3	-	14,1	-	-	3,6	-	15,6	-	100,	

NOTE: Veja termos de referência do trabalho  
Nota: (\*) - Média simples

COMPORTEAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL  
E CAPITAL EM TERMIOS "PER CAPITA"

A N O	P E S S O A I.		C A P I T A L		Δ %
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	
1968	31,14	100	20,08	100	-
1969	33,83	109	39,32	196	+ 95,8
1970	41,81	134	36,21	180	- 7,9
1971	37,94	122	47,21	235	- 30,4
1972	42,37	136	65,67	327	+ 39,1

FONTE: Tabela 3.2

População: Veja termos de referência do trabalho

EVOLUÇÃO DO DEFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DEFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTARIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTARIO E- FEITIVO (E = C - D)
1 9 6 8	- 0,7	+ 4,0	3,3	-	+ 3,3
1 9 6 9	- 4,4	+ 3,8	- 0,6	-	- 0,6
1 9 7 0	- 6,8	+ 2,8	- 4,0	-	- 4,0
1 9 7 1	- 0,9	+ 0,9	0,0	3,7	- 3,7
1 9 7 2	+ 0,6	- 0,6	0,0	3,1	- 3,1

FCNTE: Tabelas 1.1  
2.7

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	- 1,7	- 7,8	+ 7,9	+ 36,7
1 9 6 9	- 7,5	- 20,4	- 1,0	- 2,8
1 9 7 0	- 9,6	- 28,0	- 5,6	- 16,5
1 9 7 1	- 0,9	- 2,3	- 3,6	- 9,4
1 9 7 2	+ 0,4	+ 1,0	- 2,3	- 5,0
MÉDIA(*) 68/72	- 3,9	- 11,5	- 0,9	+ 0,6

FONTE: Tabelas 1.1  
4.1

NOTA: (\*) - Média simples

FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Em porcentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	* (SO/DK) (-1)	(OC / DK)	TOTAL
1968	- 7,8	144,5	- 36,7	-	100,0
1969	- 20,4	117,6	+ 2,8	-	100,0
1970	- 28,0	111,5	+ 16,5	-	100,0
1971	- 2,3	92,9	-	9,4	100,0
1972	+ 1,0	94,0	-	5,0	100,0
MÉDIA 68/72(*)	- 11,5	112,1	- 3,5	2,9	100,0

(\*) - Média Simples

- Símbolos: DX - Despesas de Capital  
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do governo)  
 RK - Saldo Orçamentário  
 SO - Deficit (+) ou Superavit (-) Orçamentário  
 OC - Operações de Crédito

- (+) Despesas de Capital Realizadas sem Cobertura financeira.  
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

\* (SO/DK) (-1)

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A				D Í V I D A F U N D A D A E X T E R N A		T O T A L D E S D Í V I D A S		
	F U N D A D A		P L U T U A N T E		F U N D A D A E X T E R N A		T O T A L		
	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)	
1 9 6 8	0,0	0,0	6,6	100,0	6,6	100,0	-	6,6	100,0
1 9 6 9	0,0	0,0	4,8	100,0	4,8	100,0	-	4,8	100,0
1 9 7 0	0,0	0,0	9,8	100,0	9,8	100,0	-	9,8	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

POSICÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	15,8	25,6	83,5
1 9 6 9	8,1	13,8	28,2
1 9 7 0	13,8	29,6	56,6

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1

Dívida: Tabela 5.1

Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões constantes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTALS	A M O R T I Z A Ç O E S T O T A I S E M R E L A Ç Ã O A: (8)			
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito	Despesas de Capital
1968	0,4	1,0	1,5	-	4,4
1969	0,2	0,3	0,6	-	0,9
1970	0,2	0,3	0,6	-	0,8
1971	1,5	1,5	4,0	40,5	3,8
1972	1,0	0,8	1,8	32,3	1,6
MÉDIA(*) 66 / 72	—	0,8	1,7	-	2,3

FONTES: Amortização: Veja termos de referência do trabalho.

Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1

Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (\*) - Média Simples



RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RECEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO EM RELAÇÃO A RECEITA
	(A)	(B)	( C = A - B )	(%)
1968	8,3	0,4	7,9	19,0
1969	17,2	0,2	17,0	28,8
1970	17,5	0,2	17,3	24,3
1971	38,3	1,5	36,8	35,9
1972	62,6	1,0	61,6	45,9

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1  
 Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5  
 Amortização: Tabela 5.3

SE  
5.4

SERVICO DA DÍVIDA

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:			
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (%)	RECEITA PRÓPRIA (%)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (%)	
1 9 6 8	0,4	0,1	0,5	1,2	1,9	6,3	
1 9 6 9	0,2	0,0	0,2	0,3	0,6	1,2	
1 9 7 0	0,2	0,5	0,7	1,0	2,1	4,0	
1 9 7 1	1,5	0,5	2,0	2,0	4,9	5,4	
1 9 7 2	1,0	0,3	1,3	1,0	2,2	2,1	

FONTES: Receitas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja termos de referência do trabalho

5.5

